



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 010

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 010

10ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Memorandos 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista 07

Dep. Elio Rusch 08

Dep. Péricles de Mello 08

Dep. Cleiton Kielse 11

Dep. Caíto Quintana 12

Dep. Elton Welter 12

Grande Expediente:

Dep. Luiz Eduardo Cheida 13

Dep. Jocelito Canto 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 09

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 17

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 18

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 19

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 20

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 27

Redação Final 30

2ª Discussão 31

1ª Discussão 33

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 37

Diretoria Geral

Portarias 38

DIÁRIO Nº 010

10ª SESSÃO ORDINÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE FEVEREIRO DE 2008**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausente o Sr. Deputado Dobrandino da Silva (01).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Carlos Simões, Ney Leprevost e Osmar Bertoldi (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 005/07

Curitiba, em 27.02.08.

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve vem, respeitosamente, pelo presente instrumento, justificar sua ausência na Sessão deste corrente dia, em virtude de sua participação em audiência acadêmica sobre planejamento familiar realizada na Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), situada na cidade de Tubarão, Santa Catarina.

Nestes termos, renovo meus sentimentos de estima.

(a) FELIPE LUCAS

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 27.02.08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunicamos a V. Exa. que por deliberação dos Deputados da Bancada do Bloco PSB/PRB/PV a partir da presente data, o ilustre Deputado Pastor Edson Praczyk, passa a responder pela Liderança do

Bloco nesta augusta Casa de Leis e o Deputado Ribas Carli Filho como Vice - Líder.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

(aa) RENI PEREIRA, RIBAS CARLI FILHO, ROSANE FERREIRA.

Indicação

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem indicar, o Deputado Péricles de Mello para compor a Comissão que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual, que altera o parágrafo 3º do artigo 210-A, de autoria do Deputado Alexandre Curi.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PRB/PR indicarem membro partidário, para a constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 021/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ADEMAR TRAIANO, PÉRICLES DE MELLO, PLAUTO MIRÓ, NEY LEPREVOST E ROSANE FERREIRA.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 777/07, item 9 da Ordem do Dia desta data, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-à deste Plenário na Sessão do dia 26 e 27 do mês corrente, por motivo de saúde com atestado em acesso.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, REQUER, autorização da Mesa Executiva para que esta Comissão represente o Poder Legislativo, nos dias 28 e 29 de fevereiro, no município de Dois Vizinhos, para colher informações e produzir relatório sobre a contaminação do Rio Girau Alto, por óleo combustível. Farão parte desta comitiva os Deputados: Luiz Fernandes Litro, Reni Pereira e Ribas Carli Filho.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Apoiamento:

Rosane Ferreira, Reni Pereira e Luiz Fernandes Litro.

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Governador Roberto Requião o requerimento solicitando que o recurso de aproximadamente R\$ 6 milhões destinado à construção do terminal rodoviário de Fazenda Rio Grande, na BR-116, seja designado para a construção de pequenos terminais, distribuídos a seis bairros sendo: Veneza, Estados, Nações, Iguaçu, Santa Terezinha e Eucaliptos.

Onde, os passageiros embarcariam direto na integração à Curitiba, sem precisar descer e subir no terminal anunciado, mais ainda, o novo terminal que pretende construir está a 40 metros do já existente, que poderá ser ampliado e reformado para atender a demanda.

O interesse do atual Prefeito em construir o novo terminal é que o mesmo fica próximo a terrenos pertencentes a sua empresa, que será construído futuramente um shopping center.

Esperamos que o Sr. Governador determine a COMEC, um novo estudo contemplando o povo menos abastados da Fazenda Rio Grande que não pode pagar o ônus.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nº 039/07 e nº 851/07, de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Plauto Miró respectivamente, por tratarem de matéria semelhante.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nº 847/07 e Nº 012/08 de autoria dos Deputados Plauto Miró e Dr. Batista respectivamente, por tratarem de matéria semelhante.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Leocádio Moro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Neusa Borges dos Santos Ribas, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Curitiba, Beto Richa, pelo início das obras de revitalização da Praça do Japão para fazer parte das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - IMIN 100.

O Prefeito Municipal determinou uma reforma completa na praça que ganhará um novo piso, reforma na parte de paisagismo, bem como, reforma completa nas instalações hidráulica e elétrica.

Esta ação é uma homenagem à comunidade nikkei de Curitiba, pela ocasião das comemorações do IMIN 100.

SALA DAS SESSÕES, EM 27.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 051/08**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, com sede e foro no município de Toledo, estado do Paraná.

Art 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Anita Garibaldi, fundada em 04/10/88, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos, vem desenvolvendo a integração entre os segmentos do contexto escolar, bem como, arte, cultura e cidadania, discutindo as políticas educacionais que vise sempre a realidade da comunidade, contribuindo para a qualidade de ensino e atividades no âmbito escolar. Prestando também assistência aos educadores, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Atendendo mais de 616 educandos, o conselho escolar priorizou a integração da escola-família-comunidade, através de atividades de natureza sócio-cultural, cívica e recreativa, estimulando a participação dos pais na vida escolar, em conjunto com elementos da comunidade.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ, sob nº 80.402.894/0001-85, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 052/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, quarenta e cinco dias após a publicação da presente lei, um período de 6 (seis) meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios do Instituto Ambiental do Paraná, ou da EMATER, declaração contendo:

I - tipo ou tipos de agrotóxicos;

II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;

III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos, e;

IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo Único. A auto-denúncia de que trata o *caput* do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos;

Art. 2º Desde a publicação da presente até o término do prazo previsto no artigo 1º da presente lei, deverá o Poder Executivo promover ampla divulgação

com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no artigo 1º da presente lei, bem como o procedimento para a realização da auto-denúncia.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAB, poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente lei em até trinta dias.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA

ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Hexaclorobenzeno, conhecido como BHC, é um produto organoclorado que ao entrar em contato com os tecidos adiposos, de animais humanos e não humanos, estabelece uma ligação permanente e tem efeito cumulativo.

Somente com esta afirmação poderiam os nobres Deputados compreender o problema e a necessidade dessa Casa em apresentar uma solução definitiva para a situação.

Os danos ambientais, e em especial os danos à saúde humana produzidos por esses agrotóxicos organoclorados já causaram inúmeros óbitos e muitas internações causando um grande gasto ao erário para sanear esses problemas.

A única forma de eliminar o problema é a incineração dos produtos. Ocorre que essa incineração deve ser a uma temperatura igual ou superior a 3.000°C, existindo apenas dois locais no Brasil capazes de realizar esse destino final.

As estimativas é que no Paraná ainda existam cerca de 2.000 toneladas de BHC, sendo que somente em Maringá e em Cornélio Procopio são conhecidas a existência de 200 toneladas. Além do BHC, uma quantidade não sabida de outros agrotóxicos, já proibidos por lei. Enquanto esses inseticidas, pesticidas e outros ficarem armazenados, muitos com suas embalagens deterioradas, a contaminação do solo, da água e do ar, além da vida, acontecerá.

De acordo com estudos do Centro de Controle de Intoxicações do hospital universitário da UEM, o composto químico presente no BHC pode causar danos sérios e irreversíveis ao sistema nervoso central. A absorção do BHC pelo organismo pode acontecer por via oral, respiratória ou simples contato com a pele. Entre as consequências imediatas da contaminação pode-se destacar a depressão do Sistema Nervoso Central (SNC), com possíveis convulsões.

Outras reações associadas são diarreia, cefaléia (dor de cabeça), tremores, arritmia cardíaca e em casos mais graves falência múltipla dos órgãos e o óbito.

Ou seja, existe uma urgência na resolução do problema. A discussão de competências e responsabilidades para a extração do material e sua destinação final já duram 23 anos, uma vez que o BHC foi proibido em 1985 e ainda hoje convive-se com o problema. Resultado: os paranaenses é que estão adoecendo, é o meio ambiente do nosso estado que fica contaminado. A vida não tem preço, por isso uma proposição que garanta a união entre o Poder Público, as empresas e os agricultores em um esforço conjunto para garantirmos um Paraná livre do BHC é urgente.

A alegação de que o estado não deve arcar as despesas de retirada e com a destinação final desses agrotóxicos, ou pelo menos de parte dessas despesas, não condiz com o apoio, a indicação para o uso do BHC nas décadas de 70 e 80, realizadas pelo Poder Público.

A quantia de investimentos que o estado do Paraná deve arcar é ínfima diante dos benefícios diretos e diante da própria economia com a saúde pública e com as despesas para a recuperação e a contenção dos danos ambientais oriundos desses agrotóxicos.

O problema ainda não encontrou sua solução pois os agricultores não apontam o local nem a quantidade desses agrotóxicos estocados com medo, receio da reação do Poder Público. Assim por não poderem arcar com a despesa da incineração dos produtos e por temerem multas e outras consequências legais não informam as autoridades sobre a existência desses agrotóxicos.

Com a presente proposta todos os agricultores poderão apontar o local e a quantidade desses produtos sem que com isso sofram uma reação do Poder Público. Tornar os agricultores parceiros será a certeza de eliminarmos o BHC de uma vez por todas do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 053/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado a política de reciclagem de entulhos de construção civil, que tem como objetivo incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis, que resultem, principalmente em reaproveitamento na construção de casa populares.

Art. 2º Para a consecução da política de que trata esta lei, poderá o Poder Executivo:

I - apoiar a criação de centros de prestação de serviços e de comercialização, distribuição e armazenagem dos materiais recicláveis provenientes de entulho da construção civil em cada município;

II - incentivar a criação, em cada município, de indústrias voltadas para a reciclagem de materiais provenientes de entulhos de construção civil;

III - promover campanhas de educação ambiental voltadas para a divulgação e valorização do uso destes materiais recicláveis e seus benefícios;

IV - incentivar o desenvolvimento de projetos de utilização dos materiais recicláveis provenientes de entulhos da construção civil;

V - promover, em articulação com cada município, campanhas de incentivo à realização de coletas seletivas de lixo.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto nos incisos I e II deste artigo, o Poder Executivo reservará área em cada município para o desenvolvimento dessas atividades.

Art. 3º Para o cumprimento do disposto nesta lei, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - concessão de benefícios, incentivos e facilidades fiscais, tais como:

a) deferimento e suspensão da incidência do ICMS;

b) regime de substituição tributária;

c) transferência de créditos acumulados do ICMS;

d) regimes especiais facilitados para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias;

e) prazos especiais para pagamento dos tributos;

f) crédito presumido;

II - inserção nos programas de financiamento com recursos de fundos existentes ou a serem criados;

III - celebração de convênio de colaboração com órgão ou entidade das administrações federal, estadual ou municipal.

Art 4º Os centros de prestação de serviços e as indústrias a que referem os incisos I e II do artigo 2º terão entre outras atribuições:

I - priorizar o aproveitamento da mão-de-obra local, gerando trabalho e renda;

II - propiciar os municípios uma melhor qualidade de vida nos âmbitos ambiental e econômico;

III - estimular que cada município implemente programa de coleta seletiva de lixo;

IV - estimular a organização de cooperativas de trabalhadores voltadas para a coleta seletiva de lixo;

V - colaborar com iniciativas e campanhas sócio-educativas, relacionadas à temática ambiental.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O baixo custo de reciclagem dos entulhos de construção civil indicam-no como sendo a melhor forma de iniciar-se um programa voltado para a reciclagem dos resíduos urbanos nele gerados. Apesar dos baixos investimentos e simplicidade da técnica de reciclagem dos entulhos, pouco se tem visto com relação a esta prática.

Continua-se a descartar estes materiais como se fossem inservíveis esquecendo-se de que os entulhos são, por natureza, constituídos por matérias primas nobres na construção civil e de alto valor comercial (areias, pedras britadas, cimentos, madeiras, etc.), provocando o aumento de resíduos nas cidades, quando não provocando o entupimento de sistemas de galerias e córregos, trazendo prejuízos direto às cidades.

Normalmente, salvo regiões bastante características, os entulhos de construção civil compõem-se de produtos cerâmicos, argamassas, concretos endurecidos, madeiras, materiais estes que, além de serem inertes, apresentam boa resistência mecânica. Os entulhos podem, com investimentos relativamente baratos, serem reciclados e reutilizados na própria construção civil, através da confecção de peças pré-moldadas de concreto ou argamassa, concretos não estruturais, bases de pavimentos, aterros, etc.

O que se vislumbra aqui, é a reciclagem dos entulhos provenientes da construção civil direcionada à construção de casas populares. Assim, com a constituição das unidades de reciclagem de entulhos provenientes da construção civil, estar-se-ia dificultando de forma direta e eficiente a formação de lixões e, concomitantemente, provocando geração de empregos diretos e indiretos nos municípios paranaenses.

Por fim, registre-se que a indústria de reciclagem de resíduos sólidos tem-se ampliado em diversos países, trazendo melhorias significativas ao meio ambiente, de forma que por meio do presente projeto de lei, procuramos propiciar ao Poder Executivo, meios de incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de alguns materiais mais específicos, no caso, os provenientes da construção civil.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao horário do Pequeno Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Venho hoje a esta tribuna muito contente, muito feliz depois de apresentar uma lista de equipamentos para a Santa Casa, para o HU. Recebi muitos telefonemas de satisfação, alegria da população de Maringá e região. E mais contente vamos ficando, Sr. Presidente, quando apresentamos projetos nesta Casa de Leis e nossos projetos são sancionados. Agora, dentro de um pequeno prazo, vai ser aberta a pesca, os pescadores estão agoniados para se distraírem, descansar e fazer a sua pesca. Temos um projeto de lei para fazer um replantio de árvores nas margens de rios, lagos, riachos.

Estamos aqui hoje, Sr. Presidente, para fazer um apelo a toda população e aos pescadores, vocês que são apaixonados pela pesca, pegando seu carro e se dirigindo ao rio: compre uma planta, uma árvore frutífera, um pé de amora, um pé de goiaba, um pé de manga e plante na margem do rio. Hoje é lei no estado do Paraná o replantio de árvores frutíferas para que possamos preservar a fauna, a flora, para que nossos filhos, nossos netos, no futuro tenham uma vida saudável nas margens dos rios.

Ontem, Deputado Kielse, fiquei mais feliz ainda, falando aqui da clínica da mulher e vendo vários Deputados discursando, falamos que o Sr. Governador Roberto Requião vai construir mais 80 Clínicas da Mulher e da Criança para dar mais segurança às crianças, às senhoras gestantes. Quantas patologias, quantas doenças das gestantes, hipertensão arterial, ou seja, pressão alta, fazem com que ocorra a eclampsia e morte de mãe e filho. Hoje, com essa clínica da mulher, uma iniciativa inteligentíssima do Governador Roberto Requião, um trabalho brilhante que está fazendo em cima da Saúde, a mulher tem toda a assistência com a sua criança e durante toda a gestação.

E agora mais um projeto importante, feito por este Deputado: a cada criança que nasce neste estado do Paraná, a partir de ontem, sancionado pelo Governador Roberto Requião, planta-se uma árvore. Imaginem bem, imagine bem, grande Deputado Edson Praczyk: a cada criança que nasce no estado do Paraná, planta-se uma árvore. Como vai ficar bonito o nosso estado, que está saindo na frente dos outros, com a sanção do Governador Roberto Requião, onde desse projeto de lei, de nossa autoria, foi aprovado por unanimidade aqui pelos Deputados presentes.

Fico muito contente de falar da Saúde, falar da natureza, quando vejo o Deputado Cheida, que é um ambientalista de alto nível, falando sobre o meio ambiente, não é Deputado Cheida? O senhor deve se orgulhar, uma árvore a mais, a cada criança que nasce no estado do Paraná. Imagine bem Deputado, Deputada Rosane que também é apaixonada, adepta das condições ambientais, que gosta muito do meio ambiente, imagine bem como vai ficar o nosso estado, os nossos filhos, os nossos netos, apreciando uma nova mata, uma nova natureza. Isso é muito importante.

Então, fico muito contente quando vejo pessoas da imprensa divulgando um projeto desses. Estive conversando há pouco com o representante do Diário Norte do Paraná, de Maringá, Clóvis, ele estava dando grande ênfase a esses projetos importantes. Esses projetos importantes com certeza vão refletir não só em Maringá e toda a região, mas em todo o estado do Paraná.

(Cortado o som - um minuto para concluir)

Muito obrigado, Sr. Presidente. A conclusão é um agradecimento especial ao Governador, ao Vice-Governador e ao Sr. Presidente da Casa em exercício, que está dando essa oportunidade para que possamos esclarecer esse projeto que realmente venha de encontro ao anseio da comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch, por cinco minutos.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Olha, para quem não conhece, até acha bonita essa manchete: “Requião veta reajuste de 14% aprovado pela SANEPAR.”

Vamos entender que jogo é esse. O que existe atrás dessa atitude do Governador, Deputado Jocelito Canto? O Governador deixou claro também que o Conselho não tem poderes de instituir aumento da SANEPAR.

Cabe a nós, Parlamentares, e principalmente aos Deputados da Oposição, fazer uma outra interpretação. Por exemplo, o Governador, em 2002 e 2006, usou a mesma bandeira: “O pedágio baixa ou acaba.” O pedágio não baixou e o pedágio não acabou.

O que está acontecendo agora, Deputado Cheida, na SANEPAR? Nos dá o direito de pensar dessa forma. Ora, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é Líder da Oposição, se a SANEPAR viesse anunciar um aumento de 8 ou 9% da água, Nossa Senhora, cairia a casa! E o Governador devia concordar. Então, para mim, tudo isso não passa de um balão de ensaio, um jogo de cena, um teatro, uma armação que eles estão fazendo.

Então, faz de conta que vamos aplicar 14% e eu vou ser contra. Quatorze por cento não! Isso não pode ser! Isso não é justo! Sou contra, e o Conselho não tem poderes para isso. Mas o Governador, Srs. Deputados, já concordou com o aumento. Daí ele vai aumentar 8, 7, 9 ou 10% a água. Aí a comunidade e os seus defensores aqui na Assembléia vão dizer: “Se não fosse o nosso Governador, a água ia aumentar 14% e, só por isso, ele aumentou, ou 8, ou 9%.”

Nos dá o direito de pensar dessa forma, porque não é possível que o Conselho da SANEPAR, o Presidente da SANEPAR, que é o nosso amigo Stênio Jacob, a quem até respeitamos como administrador, apesar de todas as falhas que existem dentro da SANEPAR...

Aqui na Assembléia, denunciemos a PAVIBRAS. Foi denunciada agora, ontem ainda, a questão da desapropriação. Quer dizer que de repente a SANEPAR anuncia um aumento de 14% e o Governador diz: “Não! Sou contra os 14%!” E aí vem um outro aumento. Um jogo de ensaio. Isto, para mim, não passa de uma encenação, não passa de um teatro, não passa de querer-se enganar a população do estado do Paraná. Nos dá o direito de pensar, porque o Pedro Henrique Xavier, que é o Presidente do Conselho, o Presidente da SANEPAR, foram desautorizados publicamente. E se eles fizeram isso, o Governador demite os Diretores da SANEPAR, ou eles pedem demissão. Se isto não acontecer, aí, sim, Deputado Augustinho Zucchi, que preside esta Sessão, é um jogo

de cena que o Governo está fazendo com a sociedade do Paraná. Engana-se e faz de conta que acreditamos. Não podemos aceitar esta jogada do Governo!

Eu direi publicamente nesta tribuna que o Elio Rusch estava errado no dia 27 de fevereiro, quando fez as considerações em relação ao aumento anunciado pela SANEPAR, caso o Governador venha a demitir os Diretores da SANEPAR, por incompetência, ou caso os Diretores da SANEPAR peçam sua renúncia. Se nada disto acontecer, estará confirmado o jogo de cena, o teatro e o balão de ensaio feito esta semana pela SANEPAR e o Governo do Estado para dizer que o nosso Governador é contra o aumento!

Ele não conseguiu baixar o preço do pedágio, mas ele baixou a água.

Agradeço, Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento e vamos deixar ao tempo. Só existe uma coisa que confirma os atos de uma pessoa: o tempo. O tempo é a razão de si. E o tempo haverá de confirmar aquilo que eu falei. Ou de repente, fazer com que eu venha a esta tribuna dizer: olha, eu estava errado em relação ao 14% de aumento da água proposto pela SANEPAR e que não passou de um jogo de ensaio.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Péricles de Mello, Presidente da Comissão de Educação desta Casa e já aproveito para parabenizar, em nome da Comissão Executiva, parabenizá-lo pela Audiência Pública feita hoje pela manhã, aqui, com enorme participação dos professores do Paraná.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Muito obrigado, Deputado Augustinho Zucchi. Cumprimento ao Presidente da Casa, demais Deputados, senhoras e senhores; quero agradecer inicialmente aos Deputados que vieram em grande número participar desta Audiência de extrema importância para a sociedade paranaense, que aconteceu na manhã de hoje, com mais de 500 professores presentes, reivindicando pelo registro dos seus diplomas.

Estiveram presentes os Deputados Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Valdir Rossoni, Edgar Bueno - Vice-Presidente da Comissão de Educação, Caíto Quintana, Dr. Batista, vários Deputados que neste momento não estão presentes e que talvez eu tenha me esquecido, também os Deputados Chico Noroeste e Duílio Genari. Agradeço, porque isto mostra o empenho desta Casa, como um todo, em solucionar este grave problema.

Os Deputados também se manifestaram, todos eles, muitos Deputados se comprometendo inclusive com voto na questão do veto do Governador, encaminhando soluções, como foi o caso dos Deputados Augustinho Zucchi, Caíto Quintana e Edgar Bueno. E desta Audiência, onde

foi aprofundada esta problemática da VIZIVALE, chegamos por consenso e uma proposta de formação de uma Comissão representativa.

Eu participo desta Comissão, como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, e o Deputado Caíto Quintana vai ser convidado, também, pelo fato de ter apresentado substitutivo ao projeto de lei de nossa autoria; o Presidente do Conselho Estadual de Educação Romeu Gomes de Miranda; Presidente da APP Sindicato, professor José Rodrigues Lemos; Diretor da VIZIVALE, professor Paulo Fioravante Jureta; o Dr. Cleyton Maranhão, do Ministério Público; Carlos Eduardo Sanches, professor, que é Presidente da UNDIME do Paraná; o Prefeito Eugênio Bitencourt, que é Presidente da Associação dos Municípios do Paraná; Liza Cláudia Dalanora, representante dos alunos que fizeram o curso da VIZIVALE, e também, embora não estivesse presente na Audiência Pública de hoje de manhã, convocaremos o representante da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia de Ensino Superior.

Estabelecemos um prazo e uma meta para que, em 30 dias, tenhamos resolvido esse problema. Vamos fazer uma Audiência inicialmente com o Tribunal de Contas para solucionar emergencialmente a questão grave dos Prefeitos dos municípios que contrataram, aceitaram no concurso público professores que concluíram o curso da VIZIVALE e agora estão com problema com o Tribunal porque os diplomas não são reconhecidos e os Prefeitos estão pagando salário para quem tem diploma, e queremos adiar esse problema até que tenhamos uma solução definitiva para o caso da VIZIVALE. Faremos uma Audiência com o Governador Roberto Requião, com o Ministro da Educação e também conversaremos com Deputados Federais - o Deputado Ângelo Vanhoni, que é da Comissão de Educação da Câmara Federal, já se colocou de prontidão para nos auxiliar nessa Audiência. E vamos resolver o problema, como eu disse ontem, nem que tenhamos que ir ao Presidente da República, ao Congresso da Câmara Federal, ao Senado da República, porque não é possível, o Conselho Estadual de Educação legitimou um curso, os alunos se legitimaram de boa-fé, fizeram o curso, pagaram, viajaram às vezes centenas de quilômetros, e estão aí há anos tendo prejudicada a sua vida, a sua carreira profissional, prejudicando os municípios. É um problema gravíssimo que deverá ter uma solução.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Eu advoguei e advogo o fato de que a Assembléia Legislativa deveria esperar para votar o veto do Governador. Seria mais sábio, na minha opinião, porque se tivermos uma solução definitiva antes de votarmos o veto, fica mais claro o nosso voto. E mesmo que não tenhamos uma solução definitiva, pode ser que surja uma luz do Ministério da Educação, uma nova luz, que dê uma direção com relação ao veto, porque eu tenho que ser honesto comigo

mesmo, o que aconteceu aqui, o Governador Roberto Requião também está empenhado em resolver esse problema, Deputado Caíto Quintana, tanto que quando apresentei o projeto fizemos uma consulta ao Deputado Durval Amaral que estava junto, à base do Governo, à Secretaria Lygia, Promotoria, e chegamos a um consenso de apresentar um projeto por etapas. O projeto inicial contemplaria aqueles alunos que cumpriam os pré-requisitos do Conselho Estadual, que é o primeiro conflito. Mas 25 mil pessoas ficariam sem solução imediata, seria um segundo momento.

O Deputado Caíto, com propriedade, conhecendo profundamente o problema, apresentou o substitutivo entendendo que poderia ser resolvido de uma vez só, e foi aprovado por unanimidade por esta Casa. E o veto do Governador, diga-se de passagem, não entra no mérito da matéria. O Governador não fez nenhuma questão de mérito no projeto. Ele alegou que a Assembléia não teria poder de iniciativa. Então, acho que há uma boa vontade do Governo para que, se nós entendemos, inclusive que uma solução acertada com o Ministério, Deputado Caíto, seja derrubar o veto, o próprio Governador concordará com isso.

O que radicalizou a situação foi que o Ministro da Educação veio ao Paraná e disse que era contra. O Governador falou para mim: "Péricles, depois de aprovado, você quer que me prendam. Eu não posso sancionar uma coisa se o Conselho Federal está em conflito". Mas as universidades criam essa cobertura legal, esse agasalho do nosso projeto para se dispor a registrar os diplomas.

Então, é uma situação complexa. Acho que não há conflito político entre nós, pela presença dos Deputados de todos os partidos, Deputado Marcelo Rangel, têm a maior boa vontade para resolver esse problema e tenho certeza que teremos esse problema resolvido.

Mas para terminar, queria falar um pouco da SANEPAR. Tenho ouvido em silêncio aqui inúmeros ataques que fazem à SANEPAR. Ora, eu fui Diretor da SANEPAR durante um ano e um mês, Diretor administrativo, aprendi muito lá, pela organização e o sistema de controle interno que a SANEPAR dispõe. Para vocês terem uma idéia, quando um Diretor assina uma licitação, qualquer documento, um contrato, passou por todos os Gerentes da sua área, passou pelo Assessor Jurídico, ele assina com muita responsabilidade, mas não basta. O Diretores, depois de ter assinado, leva para a reunião de Diretor toda semana, sem exceção, toda segunda-feira às 8h30, onde todos os projetos eram discutidos pelo colegiado de Diretores. E qualquer Diretor pode questionar a decisão de outro Diretor. Esse colegiado aprova todos os projetos, todas as licitações. E depois disso, o Conselho, a cada 15 dias, se reúne e pode questionar qualquer deliberação, qualquer posição de qualquer Diretor.

Então, há um controle muito rígido. Por isso, quando atacaram a questão do valor do preço daquela empresa, é um contrato complexo, que tem determinações de quem emprestou os recursos, que é um banco japonês.

Esse banco exigiu no contrato que fez, e foi aprovado nesta Casa, que ele definiria, sem licitação, a empresa para fazer os projetos.

Se a SANEPAR não aceita, não vinha o dinheiro. Ele estabelece prazos.

Falam tanto, mas veio aqui o Stênio e falou por mais de duas horas. Veio aqui toda a SANEPAR, e os Deputados questionaram o que queriam. Estão aí os contratos. Fiscalizem os contratos. Façam uma denúncia à Justiça.

Acho muito fácil atacar, mas o Governo fez a sua parte com transparência, a SANEPAR esteve aqui explicando tudo.

Não conheço o processo dessa desapropriação. Mas, pelo que li na Gazeta do Povo, mesmo que não tenha sido assinada pelo Dr. Pedro, que é o Presidente do Conselho, foi muito bem esclarecido.

Ontem o Líder do Governo já se expôs e dá esclarecimentos profundos sobre a questão da desapropriação, o que aconteceu.

Está certa a Oposição em investir, mas não adianta ficar falando de coisas que não se provou nada.

Se é verdade que a Oposição está falando, e não é, alguém tinha que estar na cadeia.

Veio aqui o Presidente da SANEPAR, ele é Presidente pela terceira vez, já foi Presidente no primeiro Governo Roberto Requião, no segundo e agora no terceiro.

Temos que ter mais cautela. Deputado Elio Rusch. O que interessa para nosso povo que está nos assistindo, é que não houve aumento da água.

Por que será que não houve aumento da água? É jogo de cena? Não. Porque a postura do Governo é diferente.

É verdade que a SANEPAR é uma empresa que tem vida própria. A determinação dos Diretores é uma lógica puramente econômica, interna.

Agora, essa é a linha do Governador, desde quando lutou para que a SANEPAR não fosse privatizada, como muitos Parlamentares, quando tomou posições difíceis, mas seguindo uma linha clara que sempre colocou ao povo paranaense: entendendo a água como direito sagrado do cidadão, quando estabeleceu a tarifa social da água para mais de 340 mil famílias, que é muito significativo.

Quando o Governador toma uma decisão desse tipo não é jogo de cena. Ele aponta um caminho claro e o Governo vai, depois, passar dinheiro do Tesouro para subsidiar a SANEPAR. Porque água é vida!

A água não pode ser entendida como uma empresa qualquer, que trabalha de acordo com sua lógica econômica, mas tem uma lógica social que é definida pelo Governo.

Parece que a Oposição não tem o que falar. Pega coisinhas que não tem fundamento, não aprofunda o debate, para acatar o Governador Roberto Requião.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Nessa sua linha de raciocínio, a visão do Governo, realmente, é atender as pessoas menos favorecidas pela sorte. Quando definiu a estratégia da SANEPAR também, já estava implícita a decisão política de definir a tarifa social de atender as 340 famílias.

Temos que ser muito pedagogos, Deputada Beti Pavin. Quem vai pagar essa diferença da tarifa aos menos favorecidos serão os outros usuários. Não é diferente. Não adianta nos iludirmos, porque aqueles que são beneficiados com a tarifa social, alguém paga isso. Sabemos disso. As pessoas que têm mais condições, a sociedade, a classe média, as pessoas que têm mais renda têm que entender que uma companhia como essa precisa equilibrar as finanças. Como o estado tem poder de influência sobre ela, pode proporcionar políticas públicas que atendam os mais pobres. Essa é a visão do Governo.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Welter.

Tenho uma briga com a SANEPAR. Vou esclarecer qual é. Tenho um conflito com a SANEPAR desde que fui Vereador em Ponta Grossa. Eu chamei isso de “crime da água”, Deputado Rossoni. Ponta Grossa é uma cidade que tem 13% do seu povo morando em favelas; é uma cidade que tem 152 quilômetros de córregos a céu aberto; é uma cidade difícil, com grandes índices de pobreza urbana. Fui Vereador, na região, em 1988, e acontecia o seguinte: o cidadão morava numa casa, sem documentos, uma posse pacífica, às vezes durante 15 anos, o cidadão ia pedir ligação de água e a SANEPAR pedia licença para a Prefeitura, porque o cidadão não tinha documento. A Prefeitura não dava licença. Chamei isso de “crime da água”.

Criamos uma associação geral de moradores em terrenos regulares para lutar pelo direito sagrado à vida e pelo direito à água. Pois bem, eu fui Prefeito, assinava todo dia 20 ou 30 requerimentos autorizando a SANEPAR a ligar. O atual Prefeito se nega a fazer isso, se nega. Fiz um requerimento à SANEPAR e a resposta foi negativa, porque deveria vir do Prefeito.

Vou fazer um requerimento, agora, ao Conselho da SANEPAR, porque como raciocina o atual Prefeito e muitas pessoas: bom, estou incentivando invasão de terra se der licença para o cidadão que ocupa uma terra. Eu mudei todo esse raciocínio. Uma coisa é a questão da terra, outra coisa é a questão da vida e da água.

Um cidadão, mesmo ocupante ilegal de uma terra, tem direito à água. A sociedade não pode permitir que uma criança que não tem onde viver fique sem água. O ser humano não é passarinho, que pode morar em árvore. O ser humano precisa de terra para viver. Ele não pode ficar em cima de galho de árvore. Se ele não tiver dinheiro para pagar o aluguel e comprar um terreno, necessariamente vai ocupar um terreno ou então vir morar no meio da rua ou embaixo de um viaduto, porque ele não pode morar no ar nem em cima de árvore.

Então, desloquei o seguinte: tem uma questão legal que é a defesa à propriedade. O proprietário entra na Justiça, mas enquanto uma pessoa está na terra, ele tem que ter direito à água. Isso é o mínimo que a sociedade tem que dar para seus filhos.

Essa é a briga que eu tenho com a SANEPAR e peço ao Deputado Rossoni que aprove o requerimento que vou apresentar para que a SANEPAR, independente da vontade do Prefeito, tenha o dever de ligar a água para as pessoas que vivem em algum lugar sem água.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse, por cinco minutos.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna trazendo duas boas novidades. Como falou muito bem o Deputado Dr. Batista, o Governador tem tido a sensibilidade de construir, na grande maioria dos municípios mais pobres do estado, o Centro de Saúde da Mulher e da Criança. Já temos 64 centros em construção. A partir de hoje, temos a projeção, dentro do ano de 2008, da construção de mais 40 Centros da Saúde da Mulher e da Criança em todas as regiões do estado do Paraná, isto é, vamos ter o início das obras, dentro deste ano, de 104 centros, muitos deles já prontos para inauguração. O que significa isso no aspecto da saúde da mulher e da criança? Fazendo uma regra que temos da mortalidade infantil, da dedicação das Prefeitas e dos Prefeitos do estado do Paraná, conseguimos reduzir em 65% a mortalidade infantil do nosso estado. Todos os nossos Prefeitos, principalmente, aqueles que estão trabalhando nas regiões mais oprimidas do estado, no Vale do Ribeira, na região central, na região sul, boa parte da região metropolitana, estão com seus centros em fase terminal. Esses centros terão o apoio financeiro, após a sua inauguração, de R\$ 8 mil mensais, pelo Governo do Estado, na manutenção dos médicos, enfermeiros e mais o apoio da bolsa de medicamentos.

Ouvia atentamente o Deputado Elio Lino Rusch, que me antecedeu, quando citou a questão do aumento da SANEPAR. Acho que V. Exa., de coração, está aplaudindo a atitude do Governador. Esse projeto que também passa não só no investimento, na área da Saúde, pela própria SANEPAR, queremos fazer um comparativo do que está acontecendo e o que já começou desde a época da Deputada Beti, quando Prefeita de Colombo, aqui na vila Zumbi, onde a SANEPAR está investindo mais de R\$ 1 milhão, diretamente, no saneamento básico, onde estão em construção lá 300 a 400 novas residências, uma centena delas entregues e construídas. Essa comunidade, como muitas no Paraná, não pagam água no nosso estado, mas têm água de qualidade, Deputado Valdir Rossoni.

Essa água que o Governador não deixou subir, como o Conselho da SANEPAR gostaria que subisse, é a água mais barata do país. Uma água na fluência que temos em alguns pontos do estado, do país.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Não conhece o preço de Marechal Cândido Rondon.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Talvez, no sentido de Marechal Cândido ter uma renda *per capita* tão alta, diferente do estado.

A SANEPAR tem o seu papel social, como a COPEL também tem o seu papel social. A COPEL que tem também demonstrado no Luz Fraterna, nas ações diretas do Governo do estado, em não levar a rede pública e elétrica em todos os rincões do Paraná, mas demonstrar ao Brasil que podemos levar água e luz com preços altamente acessíveis à camada mais humilde da nossa sociedade.

Dizer que o Governo baixou mais as tarifas ainda, que é o projeto do Governador Requião, que é o projeto pessoal desse Parlamentar que vos fala, de levar a água, luz, habitação popular, é que estamos entregando 2 mil e 400 novas residências nos municípios do Paraná, nesses próximos meses, do Programa Caução, onde o mutuário pagará durante seis anos apenas uma tarifa de R\$ 45, isso é, a casa não chega a R\$ 3 mil, R\$ 4 mil, juntando todas as parcelas com os juros.

Ressaltar esses novos projetos que estão sendo liberados pelo Governo do Estado. Estou lendo, Sr. Presidente, a CPI que foi feita ainda do BANESTADO - voltando naquele assunto. Estaremos na próxima semana voltando a esta tribuna, apresentando à Comissão Especial, sobre as ações fraudulentas que foram compradas pelo Banco do Estado e que estão custando quicá 1 bilhão e 300 milhões ao Governo e ao povo paranaense.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro: Ibi-porã, que fica ao lado de Londrina, Prefeito Baccarin, já teve uma matéria amplamente divulgada em âmbito da imprensa nacional, o serviço de água e de esgoto de Ibi-porã é municipal. E a qualidade da água lá foi destacada, é qualidade de água mineral e a tarifa de água cobrada pela Prefeitura é muito mais barata do que a água vendida pela SANEPAR. Muito mais barata.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem. Aliás, quero fazer um pedido especial aos Srs. Parlamentares: se solicitar pela ordem e não for pela ordem, vamos proceder a interrupção da falação. Para que não fique chato isto, solicito aos Srs. Deputados que sigam à risca.

Outra coisa: esta presidência não vai permitir que no minuto dado ao Parlamentar para encerrar o pronunciamento seja dado aparte. Não é possível isto. Temos que ter aqui uma regra para todos.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Ontem, atendendo Prefeitos no gabinete, via pela TV SINAL a discussão que se travava neste plenário a respeito da questão da SANEPAR.

E vi com bons olhos o pedido de informação da Oposição e a concordância da Liderança do Governo de que este pedido de informação ele fosse aprovado por esta Casa, porque estamos cometendo um equívoco, me parece, com respeito ao valor da desapropriação de uma área da SANEPAR. Não tenho delegação para defender. Tenho uma interpretação apenas da questão jurídica deste assunto. Esta área foi desapropriada por interesse público - é uma das formas de desapropriação.

Como se faz uma desapropriação? A partir do momento que o interesse público é maior do que o interesse privado, você faz um laudo, concorde ou não concorde o proprietário com o valor, deposita esta importância em juízo e pede ao Juiz a emissão de posse. Isto foi feito. Dada uma emissão de posse pelo Judiciário para que a SANEPAR pudesse entrar nessa área e fazer o Reservatório de Piraquara II, que acho que é indiscutível a discussão a respeito do carácter de interesse público dessa desapropriação.

O proprietário ou proprietários da área, não satisfeitos com o valor, recorreram desta emissão de posse e conseguiram derrubar uma liminar da SANEPAR e foi determinada uma nova avaliação. Esta avaliação acaba indo para o Judiciário que determina um novo preço e este preço passa a ser o preço a ser pago pelo expropriante da área.

Portanto, se a discussão tem que ficar em saber se este é o valor legal ou não é o valor legal, temos que saber por parte do Judiciário qual o valor do perito que fez este levantamento. A SANEPAR não pode se sobrepor a decisão do Judiciário e dizer que não paga. Só paga os 518 que depositou. Não, não pode fazê-lo. Ela está num processo de desapropriação que é um processo que corre exclusivamente na área do Judiciário, com direito de todas as partes de aceitar ou não aceitar o valor determinado para uma desapropriação. Note que o depósito judicial é um valor inicialmente colocado a favor do expropriado, que ele poderá recorrer dele - aqui tem diversos Prefeitos municipais nesta Casa e sabem que é uma prática que as próprias prefeituras usam - precisa de um imóvel, você faz a lei de desapropriação, deposita a importância em juízo, se emite na posse e vai discutir o valor depois. É este valor que está se discutindo hoje. Por liberalidade da SANEPAR? Não. Não é por liberdade da SANEPAR, é por uma decisão judicial que deu um novo valor. Como interessa e precisa Piraquara II, sob pena de Curitiba ter falta de água. É evidente que a SANEPAR colocou à disposição e hoje até bloqueou o recurso.

Então, é bom que passe esse requerimento realmente, para que possamos ter nesta Casa uma elucidação desse fato: afinal de contas, quem estabeleceu o preço inicial e quem estabeleceu o último preço? Podem ter certeza que neste comparativo quem determinou o preço final não foi a SANEPAR, porque esse é um processo que tramita em juízo e é o Juiz que determina o valor final.

É isso, Sr. Presidente. Queria também parabenizar a Comissão de Educação, que na manhã de hoje fez uma ampla reunião para resolvermos a questão da VIZIVALE. Acho de suma importância que na primeira semana se vá a Brasília e se tente resolver o problema de 40 mil professores, ou alunos que terminaram o curso e que até o presente momento não saíram os seus diplomas. Isso é sério, é uma questão importante, uma questão que tem que ser resolvida, para que o nosso estado do Paraná e os nossos professores, funcionários de prefeituras, não tenham a desdita de terem feito curso que no final dele, após a conclusão, não possam receber os seus certificados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário do Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, fui, em nome desta Casa, na segunda-feira, representar este Poder junto ao Palácio do Planalto no lançamento dos Territórios da Cidadania. Agradeço o consentimento da Mesa e certamente procurei representá-los à altura lá no Palácio do Planalto.

Esse Programa, Territórios da Cidadania, é bom que se diga, é um Programa que de fato, falei na semana passada disso, mas como fui presenciar, testemunhei aquilo que já dizia aqui: no país, agora, Deputada Luciana, existe de fato uma preocupação com os municípios, com os entes da federação que estão lá nos grotões, aqueles que sempre foram abandonados, aqueles que foram largados, aqueles onde as políticas públicas não chegam! Agora sim tem um Programa que tem a integração de 15 Ministérios. Estamos trabalhando a inclusão das pessoas nos programas de Governo. Estamos trabalhando a possível porta de saída das pessoas que estão na Bolsa Família.

Existe, sim, Srs. Deputados, um planejamento na república para atender os municípios que têm maior pobreza rural, num primeiro momento. Já foram lançados 60 territórios na segunda-feira, no país todo. Aqui no Paraná são dois territórios, o do Vale da Ribeira e do Cantiquiriguaçu. Lá estiveram os Prefeitos representantes dessas duas regiões e lá não tem PT, Democratas, PSDB, é de acordo com o IDH dos municípios. O Governo é republicano, o Governo atende os municípios que mais precisam da política da união, do estado e dos municípios. Não é diferente quando o Governo vem aqui em Curitiba e atende infinitamente os programas da Prefeitura de Curitiba.

Tenho convicção, um Governo que se diz democrático, que atende os municípios e que olha, de fato, para os municípios mais pobres, a pergunta é: como um programa desses, que tem um planejamento que envolve a intersectorialidade de mais de 16 Ministérios, onde há um envolvimento, planejamento lá na cidade, lá com os moradores discutindo junto com a população. O que fazer, como fazer, como fazer para diminuir a pobreza.

Já falava aqui, na semana passada, que não adianta a visão do território ir lá fazer um laticínio, se antes disso não chegar a energia elétrica, não chegar a estrada, não chegar assistência técnica, não ter uma vaca de leite com padrão genético de qualidade. Isso tudo está pensado, Deputada Beti Pavin, isso tudo já está acontecendo, está sendo coordenado aqui no estado, principalmente pela Secretaria de Estado da Agricultura e outras secretarias que estão envolvidas.

Tenho orgulho de dizer que o Governo do Presidente Lula, em sintonia com todos os Governadores da república- e não é diferente aqui no Paraná - está priorizando em um primeiro momento esses 1000 municípios que têm as maiores dificuldades e mazelas do país. E dizer que isso é programa eleitoral, gente, convenhamos! Quando se planeja, se faz um plano voltado para diminuir a miséria e a fome, para manter o cidadão lá, na raça, isso é eleitoral? Ora! Não estamos olhando se o Prefeito é do PFL, se é do bem, ou do PSDB. Estamos olhando, sim, os municípios que têm as maiores dificuldades. Isso está acontecendo, de fato, no país.

Então, eu precisava vir aqui, Deputado Cleiton Kiele, falar da satisfação que é ver Ministros e mais Ministros e as pessoas que lá representavam os territórios de todos estados do país, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, pessoas lá das comunidades rurais, negros, índios, caboclos, quilombolas, pessoas que nunca eram lembradas. Aliás, sempre foram esquecidas, e agora estão tendo...

(É cortado o som - um minuto para concluir)

...com a visão planejada, dirigida para diminuir as exclusões.

Então, Sr. Presidente, quero comunicar também, que estive lá no Ministério de Minas e Energia, tive a satisfação de ouvir do Coordenador Nacional do Luz para Todos - estou inclusive antecipando uma informação - que o Luz para Todos será prorrogado aqui no Paraná, por pelo menos mais um ano. Os Prefeitos de todos os municípios, os 399, deveriam fazer um esforço, uma força tarefa para cadastrar - o cadastro infelizmente não estava bem feito - para fazer com que chegue energia para todas as propriedades rurais deste Paraná e do Brasil afora. Aqui no Paraná vamos conseguir.

Aliás, Péricles, fizemos uma Audiência aqui, diagnosticamos o problema e fomos buscar lá em Brasília.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, o primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Eduardo Cheida, por 15 minutos.

Quero registrar aos presentes que esses 15 minutos são improporáveis.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, o estado do Paraná é o campeão nacional na produção de grãos. Isso nós sabemos e nos enche de orgulho. Mas, para termos esse sucesso extraordinário, o Paraná joga no meio ambiente cerca de quatro milhões de quilo de veneno todos os anos, no ar, na terra, na água. Os alimentos, as pessoas, os animais se contaminam. Isso significa a assustadora cifra de 66 quilos de veneno por minuto. Um dado nada elogiável a todos nós.

Mais do que isso, a Polícia Federal e a Receita Federal estimam que no Paraná, entra no estado cerca de 30% disso contrabandeado pelo Paraguai, de agrotóxicos chineses. O agricultor não lê nem a bula em português, em chinês, então, muito mais difícil ainda. E cerca de 20 a 30% de agrotóxicos utilizados no oeste do Paraná já é de agrotóxico contrabandeado em nosso estado. Isto significa que temos pulverizado o estado do Paraná, uma verdadeira nuvem de veneno de aproximadamente cinco milhões de quilos por ano, aproximadamente 66 quilos por minuto.

Mas, pasmem os senhores, cerca de três a cinco milhões de quilos de venenos, além destes já jogados, estão em lugar incerto e não sabido. São os venenos proibidos há 20, 30 anos, como o BHC, que segundo a SEAB, a Secretaria de Estado da Agricultura, está estocado em locais que não se sabe, se perdeu a memória. O cidadão botou no sítio, quando foi proibido enterrou. Vendeu o sítio, mudou para outro lugar e aquele que comprou não tem a localização dos agrotóxicos. Ou está lá na tua ou embaixo do assoalho da casa. Enfim, são venenos que estão esparramados por aí. Além do BHC, que é um veneno que se liga à gordura do corpo e portanto é estável, é cumulativo e dá uma série de problemas de saúde, inclusive, levando à neoplasias, nós temos a chamada lista de doze sujos, que é como muitos aqui já se familiarizaram ao longo dos anos, o Eldrin, Aldrin, Dieldrin, Clordane, Lindane, Heptacloro, Gama BHC, Parathion, Azodrin, Nuvacron, Temik, Gelecron, Fundal, o "agente laranja", que é o 2-4-3T, o EDB, o DBCP, Paraquat, fungicidas à base de mercúrio, enfim, temos uma lista extraordinária de veneno que também está estocado em lugar incerto e não sabido.

E porque é que está em lugar que não sabemos? Porque o estado não sabe e quem sabe onde está tem medo de dizer. E medo de dizer, por quê? Porque quando estes agrotóxicos foram proibidos no Brasil, eles simplesmente foram proibidos. Não se fez uma campanha de esclarecimento aos agricultores e estes, desesperados por terem um agrotóxico desovado do 1º Mundo, aqui, o chamado 3º Mundo, acabaram jogando o veneno que possuíam na propriedade, dentro de um poço de cacimba, numa mina, no rio, botando embaixo da casa.

E assim, isso há 23 anos, porque isso foi em 1985, se perdeu na memória do paranaense. E hoje este veneno ainda causa mal para muitos. O hospital universitário de Maringá, acaba de anunciar uma nota pública, neste domingo, dizendo de uma criança que está lá internada no hospital universitário, com sintomas de intoxicação por BHC. E esta criança corre risco de vida.

O Paraná é campeão na produção de grãos. Mas, é também um dos estados que mais tem câncer de fígado e de pâncreas. E não deve ser mera coincidência. Não há dúvida nenhuma que resolver esta questão é imperioso. É fundamental. Um estudo recente feito do leite das mães de Londrina, pela Universidade Estadual de Londrina, mostra que cerca de 80% do leite materno extraído no Centro de Tecnologia de Alimentos, com aquela bombinha, quando a mãe dá a luz à criança, tem traços de veneno. E pasmem, quase 100% destes, 80% é o BHC.

Mas, o que é que o veneno proibido há 25 anos está fazendo no leite da mãe, sendo já o primeiro alimento do bebê recém-nascido. E se está no leite da mãe, está no corpo do pai, porque tanto o homem quanto a mulher estão dentro do mesmo ambiente, por isso é que acredito que esta matéria é fundamental. O estado não sabe aonde tem veneno, não sabe, porque quem sabe tem medo de dizer, quem sabe tem medo de contar, medo da represália penal, medo de sanções administrativas.

Então, pensando nisso, eu e a Deputada Rosane Ferreira resolvemos apresentar à Assembleia Legislativa e ao Paraná um projeto que regulamenta esta questão, dando um período de auto-denúncia por seis meses, onde o estado terá obrigatoriedade de fazer campanhas de esclarecimentos, onde nesta auto-denúncia o agricultor, o comerciante, será estimulado a procurar o comércio, aliás, será estimulado a procurar o IAP, os escritórios da EMATER para dizer: “Eu tenho, está no fundo do barracão, vai lá buscar, vai lá tirar”. E o estado será estimulado, autorizado por esta Casa também, caso aprovada essa lei, a fazer os convênios técnicos, cooperativos, para que com iniciativa privada possam tirar esse veneno do estado, eu repito, quase 5 milhões de quilos eu estimo - não é brincadeira - e levar lá para o estado de São Paulo aonde se queima, ou para o Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, onde existem fornos a 3 mil graus que queimam esse veneno.

Esta é a matéria que apresentamos, de interesse social relevante, ambiental nem se diga, que eu espero, sem dúvida nenhuma, Deputada Rosane Ferreira, também,

a aquiescência dos nobres Pares. E solicitaremos inclusive, assim que o projeto estiver numerado, a sua tramitação com regime de urgência, porque imagino que estaremos dando ao Brasil o exemplo de como se resolve uma questão como essa, porque não é um problema só do Paraná; é um problema do Mato Grosso, de Santa Catarina, do Rio Grande nem se fala, São Paulo, Goiás, tem problemas semelhantes como esse.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cheida, quero cumprimentar o senhor e a Deputada Rosane por esse projeto que é de extraordinária importância, que é de um depoimento pessoal sobre esses fatos.

Eu me trato com um médico ortomolecular, indiquei para dois amigos meus esse médico, e a Medicina Ortomolecular trabalha descobrindo o que é tóxico ao organismo e o que falta para o organismo. Esse é o princípio geral da Medicina.

Um dirigente sindical de São João do Triunfo estava muito mal de saúde e o médico descobriu que ele está intoxicado por Aldrin há 25 anos. A segunda pessoa, um amigo intelectual paranaense, que foi agricultor na sua juventude, há muito tempo está fora da agricultura, intoxicado pelo mesmo veneno.

Acho de extraordinária importância social o seu projeto, para alertar o povo paranaense, e é um problema de Saúde Pública presente hoje ainda. Então, elogio e tenho certeza que a Assembleia saberá enaltecer o seu projeto, divulgá-lo e votar por unanimidade.

Obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado, Deputado Péricles. Tenho certeza que os demais Pares verão a importância dessa matéria e a urgência dela, porque insisto que talvez a tramitação tenha que ser excepcionalizada porque o problema é agora, como eu disse em Maringá, uma criança está internada - é uma nota pública do hospital universitário - com sintomas de intoxicação por BHC, proibido há 23 anos no estado do Paraná.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cheida, enaltecer a envergadura desse projeto seria pouco elegante da minha parte, haja vista que tenho o prazer de subscrevê-lo com V. Exa. Mas quero aproveitar essa oportunidade para parabenizá-lo pelo Parlamentar que o senhor é e a dignidade que o senhor traz para esta Casa, o senhor sendo médico, e juntamente à sua profissão, não poderia deixar de ser diferente, ser o ambientalista que é. Para mim é um prazer subscrever juntamente com V. Exa. esse projeto. E na sua fala, a única questão que eu queria chamar a atenção é que

sabemos que a portaria de 1981, que proibiu o BHC no Brasil, era um tanto injusta, porque ao mesmo tempo que ela proibia, deixava ainda que fosse comercializado o produto por mais três anos. O que houve no comércio foi a tentativa de colocar rapidamente na mão dos agricultores.

E hoje temos o problema tão denunciado e tão bem colocado por V. Exa.

Parabéns! Espero que tenhamos o apoio dos Deputados para que esse projeto seja aprovado e sancionado pelo nosso Governador.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Agradeço, e V. Exa. não tem que me parabenizar, porque é uma das autoras do projeto, o que muito me honrou também.

Concedo o aparte ao Dr. Batista.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Olha, que projeto!

Quando V. Exa. citou que lá em Maringá tem uma criança intoxicada pelo BHC, eu há muito tempo não ouvia falar do BHC. Essa intoxicação é preocupante. Esse veneno causa câncer de fígado, perda dos rins. Como podem estar usando hoje? Estou assustado! É preocupante.

Parabéns por esse projeto. Muito obrigado!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Deputado Dr. Batista, no caso de Maringá o pai da criança estava usando um resto de veneno que tinha lá.

Agora, existem muitas contaminações de nascentes de minas, porque muito desse veneno foi jogado em poços semi-artesianos e está aí contaminando. Porque um agrotóxico como Agno Colorado, é no mínimo, 500 anos para a molécula se desestabilizar. Vai ficar no meio ambiente quase que para sempre.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

V. Exa. traz um assunto que transcende qualquer perspectiva de contrariar a sua proposição e da Deputada Rosane.

Quero também fazer uma referência pessoal pela sua postura. V. Exa. goza de um respeito nesta Casa por sua formação e pela forma como conduz as ações parlamentares nesta Casa.

Na sequência, teremos a oportunidade de discutir mais sobre o assunto, mas parabenizo V. Exa. por sua brilhante idéia. Muito obrigado!

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

É preciso repensar o modelo de produção agrícola no nosso estado com seriedade. Sei que não é fácil!

Estamos na vanguarda, somos os campeões, mas é preciso pensar melhor.

Nossas crianças merecem essa chance.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Antes de passar a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Jocelito, enquanto ele se aproxima da tribuna, quero registrar que o Presidente Nelson Justus solicitou ontem ao PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PSB/PRB/PR para que indicassem os membros para constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 021/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi e Nelson Justus, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 210A da Constituição Estadual.

Em resposta a essa solicitação, o PMDB indicou o Deputado Luiz Claudio Romanelli; o PSDB, o Deputado Ademar Traiano; o PT, o Deputado Péricles de Mello; Democratas, o Deputado Plauto Miró; PP, o Deputado Ney Leprevost e o Bloco PSB/PRB e PV indicou a Deputada Rosane Ferreira. À Diretoria Legislativa para as devidas providências.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Apenas para retificar: hoje, o Bloco é composto não pelo PR - Partido da República e sim pelo PV. Então, gostaria que retificasse.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a retificação. Procede a questão de ordem de V. Exa.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Primeiramente, queria cumprimentar o nosso querido Dr. Batista. Parabéns, Deputado Batista, seu projeto é simples, simbólico e muito bom. Para cada criança que nascer, a partir de agora, no estado do Paraná, terá que ser plantada uma árvore. A entidade que a criança nascer vai entregar àquela família, simbolicamente, uma árvore. Simples, objetivo e bom. Dizia a V. Exa. que, outro dia, estive no interior de Ponta Grossa e um amigo me dizia que fazia 48 anos que o pai havia plantado aquela árvore, exatamente quando ele nasceu.

Temos uma estatística no rádio espetacular, porque o rádio tem uma coisa linda que está sempre evoluindo, não pode estar atrasado e uma das coisas mais tradicionais do rádio são as notas de falecimento, mas criamos no rádio as notas de nascimento, que é dada todos os dias. Vai demorar uns dias para seu projeto entrar em vigor, mas se estivesse em vigor hoje, se tivéssemos que plantar as árvores, plantaríamos 15 árvores na região dos campos gerais, sendo nove meninos e seis meninas. Parabéns pelo seu projeto simples, de defesa à natureza e com um símbolo maravilhoso. Cumprimento V. Exa.

Deputada Beti, veja como a imprensa machuca de vez em quando, não é? Li o jornal, hoje de manhã, fiquei preocupado e fui ler a notícia porque manchete diz: “Deputada é acusada de fraudes!” Geralmente, o cidadão só lê a manchete, não lê o teor da notícia. Ao ler essa notícia: “Ex-Prefeita de Colombo foi denunciada por falsificação de documentos!” Deputada Beti, dá vergonha de ver uma notícia dessas. Fraude é muito forte. V. Exa. fez o bem aqui, aposentou uma servidora que merecia e daí é chamada de fraudadora do erário público. Será que não tem coisa mais importante para se fazer do que acusar uma Prefeita que teve a decência de aposentar uma pessoa que precisava?

Fiquei estarelecido com essa notícia, entristecido, e não poderia deixar de fazer sua defesa aqui, porque são essas coisas que maculam a imprensa do Paraná: “Deputada é acusada de fraude.” Que fraude é essa? A senhora roubou? Não roubou! A senhora aposentou uma servidora que havia um entendimento que a senhora podia aposentar. Pega um radialista mal intencionado e ele diz: “É apontada e acusada de fraudes! Beti Pavin vai para a cadeia!” Pronto.

A Sra. Beti Pavin (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Então, fico até feliz que o Deputado abordou esse tema. O senhor que foi Prefeito também, é Deputado, infelizmente, nós, pessoas públicas, passamos por situações como essa. Às vezes questionamos a questão da imprensa. Sem dúvida nenhuma tem que ter muita ajuda na administração.

Eu, enquanto Prefeita da cidade de Colombo, a Oposição, através da imprensa daquela cidade, me ajudou muito a ser uma melhor Prefeita. Sempre falo favoravelmente, mas ficamos tristes que eles coloquem uma versão que normalmente interessa para alguns. Lógico que não vamos generalizar, mas nesse caso especificamente, uma aposentadoria regular, de uma servidora que por mais de 25 anos de sua vida foi dar aula para essas crianças, e por uma questão política e revanchista de um Vereador que entrou com um pedido de CPI, na Câmara de Colombo, para investigar irregularidades da atual administração, acabou sendo perseguido, com a sua demissão sumária na última sexta-feira. Se Deus quiser, a Justiça nos próximos dias irá reintegrá-lo.

Agradeço a sua lembrança e defesa. Dizer que este ano é um ano de eleições, Deputado. Somos pré-candidatos naquela cidade. Sem dúvida nenhuma, a campanha eleitoral para aqueles que não têm o que mostrar, começou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pode ter certeza, Deputada, que vem mais coisa por aí. Tem que sempre estar preparada, porque os nossos adversários adoram, contar contos e estórias.

Outro caso que estou olhando no jornal, hoje, Srs. Deputados, quem não lembra daquela confusão que o

Padre Roque armou aqui, a CPI do Narcotráfico? Estou vendo, hoje: “Os policiais vão voltar para o trabalho. Foram absolvidos.” Mais confusão: “Políciais que foram chamados de bandidos voltam ao trabalho, porque nada foi provado contra eles. Mais estardalhaço com o chapéu alheio.”

Quero cumprimentar também, hoje, à CCJ, Deputado Rossoni e todos os Deputados que compareceram. O Governo mandou um projeto à esta Casa, graças a Deus, em que determina a contratação de funcionários para o Instituto Médico Legal do Paraná. Aliás, o IML agora passa por uma intervenção. Não se sabe ainda da razão da intervenção, fala-se de uma coisa ou de outra, mas o interessante é que a partir de agora, aprovado esse projeto, teremos mais funcionários no IML de todas as grandes cidades do Paraná.

Apresentei aqui desde 2003 - tenho cópia dos requerimentos - 2004, 2005, sempre pedindo a contratação desses funcionários. Agora, para a nossa alegria, a mensagem virá a Plenário nos próximos dias, contratando quase 100 funcionários, para todos os IMLs do Paraná: médicos legistas, peritos. Isso vai beneficiar muito o povo do estado do Paraná.

Não poderia deixar de fazer esse registro, porque faz quatro anos que venho lutando, reclamando, indo ao confronto com o Governo.

Agora, Deputado Romanelli, vemos com alegria o Governo anunciando que vai contratar os médicos e peritos que estão faltando. É uma notícia boa, mesmo que um pouco tarde, e é suficiente.

Hoje, Srs. Deputados, fomos convocados por S. Exa. o Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, o bom Deputado do PMDB de Guaratuba, Artagão de Mattos Leão Júnior, que convocou a Comissão Especial de Fiscalização para ouvir as concessionárias sobre o dito pedágio. E olha, Srs. Deputados, durante o período que estivemos reunidos, quase duas horas, encerrei a história do pedágio. Não tem mais o que falar. Vamos acabar com esse papo furado de pedágio. Acabou. Ninguém mais vai falar do pedágio. A partir de hoje, não tem mais o que falar do pedágio. O pedágio começou errado. Serviu, senhores, mas esse pedágio, Sr. Presidente, serviu para eleger dois Governadores. V. Exa. sabe muito bem disso. Esse pedágio primeiro elegeu Jaime Lerner, depois Roberto Requião.

Vamos aos fatos: o Lerner, com aquele seu estilo de arquiteto do futuro, cria o projeto de Anel Viário do Estado do Paraná. Fez uma mídia maravilhosa, aliás, que ele era especialista. Criou o Anel de Integração. Conseguiu do Governo o direito de licitar o tal pedágio. Colocou aos paranaenses daquele momento, todos entendiam que o pedágio seria bom. E aí, cria-se o pedágio. Todo mundo aplaudiu. Grande Lerner, criou o pedágio! Veio o pedágio e conseqüentemente junto veio o que o povo não gosta, Deputado Cheida: pagar a tarifa. E uma tarifa que chamou a atenção logo que foi colocada para ser cobrada do povo. O povo se apavorou, virou uma confusão.

Vieram as eleições que o Lerner seria candidato a reeleição, 1998, Deputado Elio Rusch. O que faz o Governador Jaime Lerner: marqueteiro, já tinha feito uma licitação bem feita, aquela que ninguém mexe. O Deputado Romanelli disse aqui, e o que vou dizer é muito grave, nunca tinha visto ou ouvido o que o Deputado Romanelli disse hoje na Comissão de Fiscalização, que um dos maiores empreiteiros do estado do Paraná, Cecílio de Almeida, foi ao DER - no dia da licitação - alô Ministério Público, que estão me assistindo pela televisão - deu um soco na mesa e disse o seguinte: "Esse trecho do litoral é meu e ninguém vai mexer. Se não for meu, melo tudo e acaba tudo". Palavras do Deputado Romanelli. Diz que tem provas no DER. Disse: "É meu, ninguém pega, eu construí essa estrada, eu vou cobrar". Está na Comissão de Fiscalização desta Casa. E pegou. Está lá nas notas taquigráficas e na gravação.

Mas, como é que pega, Sr. Presidente? Como é que pega uma licitação? Ah, essa aqui é minha. Não, não, esse aqui é meu. É meu, é meu! Espera aí, estamos falando numa coisa pública. Como é que pega e leva para casa? Deputado Nereu, esta estrada é minha - colocou embaixo do braço e foi embora - Cecílio de Almeida, o maior empreiteiro do Brasil, Dr. Cecílio, com todo o respeito.

Aí começa errado o pedágio. Cada um pega um. Está tudo errado. Um pega um, outro pega um e aí o pedágio vira o que está aí hoje - preço abusivo.

Mas daí vem o cidadão Lerner que já tinha feito errado o pedágio, que já tinha feito a licitação naqueles moldes que está sendo mostrado, vem o cidadão Lerner, em 1998, e diz assim: "Já sei como ganhar a eleição, já sei." O Requião foi fichinha perto do Lerner. Aquele negócio do Requião - baixa ou acaba - aquilo foi porcária perto do que o Lerner fez. Porcaria, Sr. Presidente. Aquilo foi porcária. Sabem por quê? Porque o Lerner fez pior. O Lerner, em pleno andamento do contrato, em 1998, fez o quê? Baixou o pedágio pela metade. Parou de cobrar. Era tanto, ele suspendeu...

(**Término do tempo**)

Passa a usar o horário da Liderança Bloco PTB/PR

...Então, Deputado Nereu Moura, o Lerner, em plena campanha deu o golpe, o maior estelionatário da eleição de um estado. O Requião também fez. O Requião aprendeu com o Lerner. Os dois enganaram o povo, os dois. Lerner e Requião - dois estelionatários político-eleitoral. Deviam ser cassados os dois. Todos os dias, porque os dois enganaram o povo. O Lerner quando cancelou a metade, e depois, passada a eleição, povo do Paraná, passada a eleição, o que veio? O que que veio, quem anda de carro? A volta do preço normal. Aí as empreiteiras, as concessionárias pediram o direito de ser ressarcidos daquele período e está toda esta confusão, e agora vão cobrar lá na frente, tem um monte de passivo e assim por diante.

Então, na verdade, o grande estelionatário primeiro foi Lerner, deu o maior golpe eleitoral no estado do Paraná. Que espetáculo, não é, Deputado Rusch. O senhor pode continuar falando do Requião, fale que ele falou aquela besteira, mas fale do Lerner também, porque quem ensinou o Requião foi o professor Lerner, professor Lerner. E o golpe dele foi maior para o povo, eleitoral, porque o Lerner parou o pedágio pela metade. Ele baixou o pedágio sim. Vejo aqui o pessoal falar: "É, mas o Requião prometeu." O Requião prometeu e não conseguiu - o Lerner mexeu na grana do povo. Por quê? Ah, o Requião é muita conversa, fala demais. O Lerner não. O Lerner, com aquele seu jeitinho intelectual, seu jeitinho burguês, seu jeitinho elitista, colocou na planilha - próximo da eleição, vou lá, dou um golpe, todo mundo aceita, está tudo bem. Espetacular! Ensinou o Requião.

Aí, passou a confusão, veio o Sr. Roberto Requião: "Ah, o Lerner já deu um golpe e passou. Vou dar um também." Aí o Requião aplicou o golpe -- ou acaba ou baixa. Mas não há dúvida nenhuma que os dois cometeram um estelionato contra o povo e que deveriam ser responsabilizados, principalmente o Lerner que mexeu na tarifa.

E, Deputado Alexandre Curi, quando ele mexeu na tarifa, ele deveria receber do Ministério Público uma ação porque ele interferiu num contrato que ele havia feito e quando ele interferiu no contrato ele passou a deixar passivos para o estado do Paraná.

Ele parou de cobrar a metade, o povo não deveria ser responsabilizado! Se existisse Ministério Público atuante naquele momento faria uma ação contra o Governador porque mexeu no contrato e lá na frente vai dar passivo para o estado, como diz a Oposição.

Então senhores, esta é a história do pedágio. A partir de hoje não falo mais em pedágio, em duas horas hoje ouvi tudo isso, ouvi o Deputado Romanelli, Sr. Presidente, dizer que o Cecílio Almeida deu um chute na mesa do DER e disse: "Esse é meu, é meu!" Requisitei o áudio, vou botar na rádio porque, senhores, se verdadeiras essas afirmações do Líder do Governo, esse contrato tem que ser suspenso porque é fraudulento, alguém diz: é meu e pega!

Enfim, não quero mais falar do pedágio até porque ouvi hoje o representante da concessionária dizer e trouxe dados, estão aqui os documentos, tenho uma cópia, onde ele disse que o quilômetro mais baixo do Brasil está no Paraná, que por quilômetro o nosso pedágio é o mais baixo do Brasil. Ele trouxe documentos, estão na Comissão, não ia mentir, se mentiu, mentiu para o Presidente Artagão e todos nós.

Para encerrar, Sr. Presidente, o Deputado Durval Amaral, Presidente da CCJ, fez uma colocação maravilhosa: "Claro que a concessionária não vai querer discutir mais nada, ela tem um contrato, é perder tempo, não adianta mais!" O que tem que fazer é exatamente isso, sentar à Mesa, os técnicos do Governo Estadual, DER, as concessionárias, chamar o Governo Federal que deu de presente as estradas arrebatadas, para vir discutir, diminuir impostos e parar essa confusão. Pode ser que aí baixe, mas esqueçam, não vai baixar pedágio!

Agora, por favor, Deputados, amigos da Oposição, por favor, não falem mais que é só o Requião que deu o golpe. O maior golpista foi o Lerner, que baixou a tarifa e deixou aqui o passivo. O maior golpista foi ele, o Requião também, todos os dois! Agora o mestre, o burgomestre, para não falar o gato mestre, o burgomestre foi o Lerner, ele ensinou até o Requião! E dizem que o Requião não aprende nada com ninguém, ele aprendeu, Lerner deu o golpe em 1998 e o ensinou. Parabéns Lerner, e o Requião, louco de esperô, Requião é jornalista, advogado, é macaco velho, 50 anos de mandato, dizem que o Requião quando era jovem, rebelde, uma vez no Exército pintou o cavalo do General de cor-de-rosa. Não sei se é verdade isso, mas conta o povo. Então Requião, esperto: “Ah, se o Lerner cortou o pedágio pela metade e faturou uma eleição, o que custa! Eu também vou nessa, vou dizer que vou acabar.” E o povo acreditou. Duas vezes, Deputado Plauto, aprendeu bem. Se fez duas é porque aprendeu bem! Professor bom!

Enfim, Sr. Presidente, não estou aqui para defender Lerner, nem Requião, estou para dizer que os dois deixaram esse mico. O Lerner começou o mico, o Requião aproveitou o mico. Os dois botaram o mico na sala, fedido, catinguento, e ninguém sabe o que fazer com o bicho hoje. Botaram na sala. Para tirar o mico agora tem que derrubar a casa. Mas, como não dá para derrubar a casa, fica o mico lá dentro, com o elefante, como queiram, e assim por diante.

O pedágio já baixou, já levantou, já deu prejuízo. Vai aumentar? Vai, tem contrato. Vai haver discussão? Vai nada! O pedágio vai continuar do mesmo jeito. Quem perdeu com toda essa história? O povo ganhou o pedágio, o pedágio é bom, tem coisas boas mas quem perdeu foi o povo, que foi usado nas eleições por esses dois espetaculares homens da mídia e do marketing, S. Exa. Jaime e seu afilhado Roberto.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças. PDT, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário, por 10 minutos.

Liderança do PDT: Deputado Geraldo Cartário

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Primeiro, visto que o Deputado Jocelito não nos concedeu o aparte, só queríamos abrihantar o vosso discurso e acrescentar que o Senador Álvaro Dias, ex-Governador do Paraná, me falou pessoalmente o seguinte: “Cartário, eu não perdi a eleição pelo pedágio. O Requião não ganhou a eleição por causa do pedágio. Eu perdi a eleição porque o Presidente Lula veio ao Paraná e me derrotou”. Palavra do Senador Álvaro Dias.

Com isso, também acrescentando ainda, Deputado Jocelito, que estamos perdendo muito tempo, realmente falando em pedágio aqui, visto que o próprio Senador Álvaro Dias já deu a matéria como vencida.

Agora o Paraná mudou, com o pedágio do Paraná. Mudou, V. Exa. sabe disso. As indústrias chegaram em todas as regiões do Paraná. Agora, culpar, precisamos culpar, o Governo Federal, Fernando Henrique Cardoso, pois ele abandonou as estradas federais do Paraná, abandonou totalmente e o Jaime Lerner teve a capacidade, o sofrimento, visto que ele sabia que ficaria na história como o Governador que seria criticado sempre pelo fato de ter coragem e mostrar aos paulistas que o Paraná poderia também ter as suas montadoras. Ele queria e mostrou a São Paulo que a abertura fiscal que ele procedeu no Paraná traria indústrias e industrializaria o Paraná, como industrializou. Hoje, somos o terceiro estado industrial do Brasil. Não éramos, hoje somos. Rio Grande do Sul, Bahia, etc.

Deputado Jocelito, tem homens que têm que ficar na história, porque são arrojados, como é o caso do nosso Tiradentes. Ele sabia, porque a Constituição daquele tempo, o Código Penal, não dava prisão perpétua, dava o enforcamento a quem se levantasse contra o império. Ele enfrentou e foi para a forca, mas com honradez.

Nunca fui Líder do Governo Jaime Lerner, simplesmente fui beneficiado pelo Governo Jaime Lerner. Não pessoalmente, mas o que eu representava.

Por isso que quando o Senador Álvaro Dias diz: “Cartário, perdi pela liderança do Presidente Lula”, eu acredito nele, em Álvaro Dias, sinceramente.

Queria, Sr. Presidente, uma vez mais me associar a Cornélio Procópio, a Londrina, ao Paraná e ao irmão do homenageado Roberval Belinati, aqui presente o seu irmão Antonio Belinati. Um Juiz Federal que enfrentou o desafio de enfrentar os homens mais poderosos da corrupção de Brasília, foi galgado a Desembargador. E, ontem, o Jornal Nacional mostrava, para a honra dos paranaenses, que um Belinati, nascido em Cornélio Procópio, filho de um ferroviário, hoje ocupa a liderança incontestada da moralidade, da justiça do Brasil.

Há muitos comentários de que eu, na próxima votação para Conselheiro do Tribunal de Contas, já tenho meu voto decidido, que eu votaria no candidato do Governo para derrubar o meu amigo Durval Amaral, visto que a saída do Durval Amaral traria o filho do meu adversário político da Fazenda Rio Grande para esta Casa.

Aqueles que me conhecem e que acompanharam meu sofrimento no crescimento de Mandirituba e Fazenda Rio Grande, aqueles que me conhecem de perto, que sabem o quanto me preocupo com a Fazenda Rio Grande, jamais podem acreditar nisto, que eu deixarei de votar no Durval porque virá o filho do Prefeito para cá. Que grandeza para nós fazendenses, meus amigos do Paraná, que grandeza para nós, o município que há tão pouco tempo surgiu no Paraná ter aqui nesta Casa dois Deputados.

Nada me levará a votar contra o Durval Amaral, pelo fato de chegar aqui o filho de um adversário, porque ele vem enaltecer a Fazenda Rio Grande, que modéstia à parte, eu e o saudoso Anibal Khury, lutamos muito para que esta Fazenda Rio Grande existisse, porque quando eu fui Prefeito de Mandirituba a Fazenda pertencia a Mandirituba e hoje é um município com 80 mil habitantes. Não digo, Belinati, que passará Londrina. Mas chegaremos perto de Colombo. A Beti, hoje, aqui é Deputada e tem mais um Deputado de Colombo, que é o Strapasson. Por que a Fazenda Rio Grande não poderá ter também dois Deputados aqui nesta Casa?

Não me preocupa. Da mesma forma que não me preocupa o fato de ter que votar em Maurício Requião ou em Caíto Quintana. Maurício Requião, quando Presidente da FUNDEPAR, construiu os melhores colégios na Fazenda Rio Grande, para nós. O Caíto Quintana, já quando aqui cheguei, em 2000, eu votava para que ele fosse Presidente da Assembléia, contrariando o voto do meu amigo Anibal Khury, porque eu sou de uma palavra só. O Requião me pediu para votar no Anibal Khury, lá na casa da sua mãe, na Vicente Machado. Eu não sabia nem que o Anibal era candidato, pensei que ele continuaria 1º Secretário. Aí, dei minha palavra e fui até o fim. Eu, Luiz Carlos Martins e tantos outros votamos em Caíto Quintana, porque demos a palavra.

Desta forma, eu tanto poderei votar em Durval Amaral, como em Maurício Requião, porque o fato do Roberto Requião, Governador, ter ido à Fazenda Rio Grande apoiar um candidato do PPS, que é este que estamos falando, não me diz nada, porque tem crédito com a Fazenda Rio Grande

Hoje eu fico pensando: o dia que eu não puder votar livremente nesta Casa, então que prevaleçam as denúncias do Prefeito da Fazenda Rio Grande, o entusiasmo e a proteção do Governador Roberto Requião para que eu seja cassado pela Justiça Eleitoral.

Beti, hoje você foi manchete. Absurdo! Mas o Rui Barbosa já dizia: “Ninguém poderá aspirar o grandioso empreendimento se não tiver capacidade de sofrimento”. V. Exa. tem, Beti. Você é uma guerreira. O povo já julgou. Há 35 anos sou julgado na minha cidade. Sempre o mais votado, V. Exa. foi a mais votada, foi Prefeita, já foi julgada. Agora, se um Juiz, uma pessoa só, for contra 62 mil pessoas que me julgaram, o que posso fazer? É a democracia. No entanto, as acusações contra mim são muito fáceis de entender, porque dei cadeira de rodas, porque dei óculos, porque ajudei uma mulher a comprar remédio e porque toco a música Amigo, de Roberto Carlos. Quem duvidar do que estou falando, vejam o site do TSE, as acusações contra mim são essas não tem corrupção, não tem superfaturamento, não tem nada.

Mas, só queria que esta Casa aprovasse hoje um requerimento, aonde peço pelo amor de Deus ao Governador e ao Prefeito da Fazenda Rio Grande para não construirem um terminal de R\$ 6 milhões. Existe um terminal construído, quando eu era Prefeito, numa área de 6 mil e 400 metros, moderno. Sim, tem que ter uma reforma, ampliação, mas, construir um terminal de R\$ 6

milhões com o dinheiro do povo, um programa iniciado pelo Governo Jaime Lerner, que a semana que vem se puder aqui falarei, esse terminal, estamos pedindo nesse requerimento. Existem seis bairros na Fazenda Rio Grande, aproximadamente cada um com 15 mil habitantes, estamos propondo que esse recurso de 6 milhões sejam transformados em seis terminais, um em cada bairro. Neste valor dá para construir ainda mais, ali junto ao terminal ter as dependências para atender a população, fortalecendo o bairro, fortalecendo o comércio, fortalecendo na área de Segurança, de Saúde, na área social.

É isso que esperamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Infelizmente não tem como, Deputado Geraldo Cartário, não podemos abrir exceção porque está programado o tempo.

Com a palavra, ainda no horário das Lideranças, o Bloco PPS/PMN.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Iria utilizar a tribuna e iria utilizar todo o meu tempo, os 10 minutos. Mas, Sr. Presidente, para ser bem sincero, e não estou me referindo ao pronunciamento do nobre Deputado Cartário, que prestei atenção e achei de extrema importância, mas hoje, com o perdão da palavra, foi de encher o saco. Ouvi de tudo aqui. Somente para deixar registrado que ouvimos todo tipo de cantilenas, ouvi pessoas falando sobre fraudes, sendo que se utilizam desse artifício para atacar outras pessoas em meios de comunicação. Ouvi pessoas falando de estelionato, chamando o Governador de estelionatário, o ex-Governador de estelionatário. Mas, na época da eleição levanta-se a bandeira, fala-se em palanques pedindo apoio e dizendo que é o melhor candidato do mundo.

Então, infelizmente, tudo o que ouvi hoje acaba não sendo proveitoso para o estado do Paraná. Nós estamos falando na Assembléia Legislativa. Estou notando que realmente as eleições municipais já começaram e praticamente alguns políticos estão se utilizando da tribuna para fazer o seu palanque eleitoral, e isso é muito prejudicial ao estado do Paraná. Mas, gostaria de deixar aqui registrado que ontem alguém falou que os problemas de UTI em Ponta Grossa e na região dos campos gerais acabaram. O Deputado Marcelo não fala mais sobre problemas de UTIs.

Deputado Romanelli, isso não é uma crítica. Realmente parei com as críticas, pois temos um novo Secretário da Saúde.

No ano passado o trabalho da Oposição foi tão importante que o Governo do Estado trocou o Secretário. E este novo Secretário, Dr. Gilberto Martins, por enquanto, está se mostrando atencioso com a nossa região. Ele assumiu em outubro e já foi lá três vezes. Se ele faltar com a sua responsabilidade, serei o primeiro a levantar a voz.

Neste momento, enquanto estamos discutindo, a Sra. Tatiana Banki está sujeita à infecção, necessitando de UTI neonatal há mais de dois dias e poderá perder o neném. Só nesta semana atendemos a Sra. Rosemari Santos Prizato e a Sra. Maura Ferreira da Silva. Portanto, os problemas com UTIs continuam na região dos campos gerais.

Acima de tudo, temos que prezar pela Assembléia Legislativa. Nossos eleitores votaram nos Parlamentares que aqui estão para exercer o cargo de Parlamentar do estado do Paraná.

Vamos deixar as eleições municipais para os palanques regionais.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Marcelo Rangel costuma atacar pelo lado e dá o tapa do gato.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem, peço a compreensão de V. Exa.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

(Declina)

No horário do Partido Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna fazer um pronunciamento com relação à reunião que tivemos hoje de manhã sobre os problemas do pedágio e tarifa. Estiveram presentes aqui o Secretário dos Transportes, o Procurador do Estado e representantes das concessionárias.

Mas antes de entrar neste tema, quero dizer que tomei conhecimento que o Superintendente do porto de Paranaguá entrou com uma ação contra o jornal Gazeta do Povo e o jornalista Celso Nascimento. Uma ação bilionária, onde tenta cobrar do colunista uma indenização de R\$ 1 bilhão, por supostos danos que teria causado ao Superintendente Eduardo Requião e também ao porto de Paranaguá.

Essa ação foi movida dentro de uma matéria escrita por esse jornalista, no jornal Gazeta do Povo, e falava sobre o canal da Galheta. Isso foi escrito com provas da Marinha Brasileira, com documentos oficiais.

Vou me aprofundar neste assunto no dia de amanhã, na quinta-feira vou buscar mais informações para que eu possa precisamente registrar este fato, este acontecimento no nosso estado do Paraná.

O que me traz aqui é o pedágio. Ouvi o Deputado Jocelito Canto fazer o seu pronunciamento e acompanho essa questão do pedágio há bastante tempo, desde o ano de 2003, logo que acabaram as eleições, no ano de 2002, em cima daquelas propostas do Governador Requião de

que o pedágio iria acabar ou baixar no estado do Paraná. Foi um discurso forte que, com certeza, ajudou na eleição do Governador Roberto Requião, naquele momento. O tempo passou, o Governador assumiu, já estamos no sexto ano de mandato e, infelizmente, aquilo que os paranaenses desejam, que é uma redução no valor da tarifa do pedágio, não aconteceu ainda. Sempre defendi e defendo que a tarifa venha a ser justa. Justa para o usuário que viaja, que usa essas rodovias que compõem o Anel de Integração e justa para a concessionária, para que possa se ressarcir dos investimentos que fez e dos trabalhos de prestação de serviço que oferece nessas estradas.

No dia de hoje, a Comissão de Fiscalização convidou o representante das concessionárias e veio, em nome de todas as concessionárias, com procuração de todas elas, o João Chiminazzo, representante da Associação Brasileira das Concessionárias e, aqui, na sua exposição, deixou claro que as concessionárias estão abertas à negociação. Elas querem discutir o valor da tarifa e estão prontos para discutir a famosa TIR - Taxa Interna de Retorno. Eles querem discutir uma série de questões relacionadas ao pedágio, até mesmo uma discussão do posicionamento das praças de pedágio; a questão de uma possível federalização dessas concessões devolvendo para o Governo Federal, porque quase que a totalidade das rodovias concessionadas no Paraná são rodovias federais e não estaduais. Lá no passado, na década de 90, o Governo Federal cedeu ao Governo do Paraná o direito de fazer a concessão nessas rodovias. As rodovias, naquela época, estavam intransitáveis por causa dos buracos que tinham. O Governo Federal cedeu para o Governo do Estado para que pudesse fazer esse processo de licitação, para poder dar às concessionárias o direito de arrumar as rodovias e, naturalmente, explorar a cobrança do pedágio.

O que mais ficou nítido e claro nessa reunião de hoje, é que as concessionárias aguardam uma chamada do Poder Executivo. Elas aguardam o Poder Executivo manifestar-se para que possam, ponto a ponto, concessão por concessão, abrir a discussão com o Poder Executivo para que se possa buscar a tão esperada redução da tarifa do pedágio. Ele disse que é possível reduzir, sim, o valor da tarifa, mas sem diálogo não é possível e esse diálogo tem que acontecer. Já faz seis anos de Governo. O Governador Requião ganhou duas eleições em cima do pedágio. A primeira delas foi no famoso “ou o pedágio baixa ou o pedágio acaba”, e isso, com certeza, levou o apoio de uma boa parcela da população paranaense. Na segunda eleição, no ano de 2006, novamente, o Governador veio com o discurso do pedágio. Era o famoso “caminhos da liberdade”, ou seja, alternativas que teriam todos os paranaenses para poder desviar as rodovias que são pedagiadas e, já estamos no segundo ano do terceiro mandato do Governador Roberto Requião, e de concreto não vimos nada.

Nós vimos aqui falar de estelionato eleitoral. O Deputado Jocelito Canto apontou para o ex-Governador

sobre o estelionato eleitoral. Falou do Governador Roberto Requião que, no “baixa ou acaba”, também foi estelionato eleitoral, só que teve a segunda vez do Governador Roberto Requião, que foi a promessa do “caminhos da liberdade” e que até agora não temos absolutamente nada, nem no orçamento que está sendo executado neste ano. Até agora é promessa de campanha.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas) (Aparte)

Ouçõ atentamente o pronunciamento de V. Exa. e quero cumprimentá-lo, porque não há outro caminho senão o entendimento, para que o Governo possa cumprir aquela promessa, que se tornou pública no estado do Paraná, do “baixa ou acaba”. Acabar é extremamente difícil. Baixar, com entendimento, acredito que se possa buscar uma solução, e aí bem está conduzindo V. Exa., Deputado Artagão, Presidente da Comissão de Fiscalização.

Permita-me, Deputado Plauto, fazer um comentário, até fugindo um pouco do seu pronunciamento. Mas por V. Exa. ser um produtor rural, me sinto na obrigação de fazer um registro. Quando o Governo erra, criticamos. Quando o Governo acerta, temos que realçar também as virtudes do Governo, seja ele do PMDB, ou do Democratas, ou do PSDB, ou do PT.

Eu, como pequeno produtor rural, quero cumprimentar, nesta tarde, o Ministro da Agricultura do Brasil, Reinhold Stephanes, pai do nosso Júnior, pela conquista que o Brasil teve, hoje, já anunciada da abertura do mercado de carne no Mercado Comum Europeu. Acho que é uma conquista para todos nós, brasileiros e para todos os produtores rurais do Brasil. Houve um empenho significativo do Ministro. Ele foi criticado, em função de sua sinceridade, que conhecemos, que lhe é peculiar e verdadeira. Temos que render as nossas homenagens, pela maneira eficiente e competente com que o Ministro fez essa negociação com o Mercado Comum Europeu, abrindo as porteiras daquela economia tão pujante para os produtores brasileiros. Cento e dezesseis pecuaristas brasileiros de imediato e todos aqueles que estão cadastrados, nos próximos meses terão a liberação para poder exportar para o Mercado Comum Europeu.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço ao Deputado Durval Amaral.

O Ministro da Agricultura traz essa conquista importante, que a pecuária brasileira aguardava. A pecuária é um instrumento de produção e de exportação, que engrandece muito a economia do nosso Brasil. É um ganho e um passo importante do Ministro da Agricultura.

Voltando à questão do pedágio, dizer para deixar registrado que as concessionárias procuraram a Justiça por mais de 50 vezes, sempre cobrando os seus direitos do Governo do Estado do Paraná, quando esses direitos contratuais são rompidos, quando da invasão de uma praça de pedágio, quando do atraso do reajuste, várias questões que aconteceram relacionadas a isso. Mais de 50

vezes foi procurada a Justiça e em todas elas tiveram sucesso. Formou-se um passivo no estado do Paraná, que vamos ter que pagar, nós, os paranaenses. Não vai ser o atual Governador. Vão ser os futuros Governadores.

Vou falar da famosa estrada de ferro central do Paraná, que hoje está com o seu precatório - a empresa procurou os seus direitos na Justiça e venceu todas as etapas - de mais de R\$ 3 bilhões. Isso é um passivo judicial que a empresa cobrou na Justiça e as concessionárias de pedágio estão pagando um passivo judicial, que em um futuro próximo, os próximos Governadores vão ter que pagar a elas o ressarcimento dos prejuízos que lhe foram causados.

Quero deixar registrado que se o Governo quiser resolver o problema, resolve. Foi o que os representantes das concessionárias falaram. É só chamar para o diálogo, que tenho certeza que a solução vai aparecer.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Horário das Lideranças: Partido Progressista. Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Antonio Anibelli, nossa querida Deputada Luciana Rafagnin, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa.

Primeiramente, Deputada Beti Pavin, nossa total solidariedade e V. Exa. mulher de respeito, de garra, de trabalho; mulher amada e admirada pelo povo de Colombo e por muitos milhares de paranaenses. Exatamente por isso que V. Exa, tendo ocupado o cargo de Prefeita de Colombo e hoje estando aqui como Parlamentar, é inegavelmente a liderança absoluta para vencer as próximas eleições de Prefeita de Colombo. Daqui para frente, estamos a sete meses da eleição, vem essa tormenta, essa turbulência de denúncias, visando denegrir principalmente candidatos que estão liderando as pesquisas eleitorais. Mas o povo está muito bem acordado e jamais vai embarcar nessas campanhas de última hora que não creio que vão abalar o alto prestígio de V. Exa. em Colombo.

Presidente Antonio Anibelli, a notícia estampada hoje é que a partir do próximo dia 1º os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil vão ter aumento de salários. Salário mínimo, criado por aquele gaúcho de São Borja, cidade que por sinal ali nasceram três Presidentes da República, dois brasileiros, João Goulart e Getúlio Vargas e um que se elegeu Presidente na Argentina. O gaúcho de São Borja, Getúlio Vargas, inegavelmente entrou para a história como grande amigo da classe trabalhadora brasileira, quando criou a Previdência Social, criou o salário-mínimo. Muitas leis que estão em vigor, visando beneficiar os trabalhadores, foram criadas pelo grande brasileiro chamado Getúlio Vargas.

Mas, Presidente, dia 1º o salário vai subir. Subir o quê? Vai passar para R\$ 412, Isso não é aumento! Não deveria ser encarado nem como esmola! E a classe trabalhadora não está querendo esmola, está querendo cidadania! O Presidente Lula que tem seu mérito, seu valor, e deve ganhar R\$ 412 em menos de uma hora. As autoridades que estão em Brasília não pagam a comida que comem; a família não paga a comida que come; não paga energia elétrica, não paga água, não paga o telefone, não paga condomínio. Acho que é por isso que eles afrontam, humilham os trabalhadores brasileiros como se fosse um grande mérito.

Sr. Presidente, vamos imaginar que um pai de família tenha dois ou três filhos, e só ele tem emprego fora de casa. A partir do dia 1º de março, e tem gente que só vai receber esse aumento salarial no começo de abril, para não falar de um outro mau padrão que ainda obriga o coitado do empregado a assinar que recebeu o salário e muitas vezes nem paga o salário - mínimo. E com esse miserável, vergonhoso, humilhante salário que o DIEESE prega, que teria de ser de R\$ 1.300, R\$ 1.400 por mês, esse trabalhador com esse dinheirinho. Coitado do trabalhador, não dá para encher um carrinho de compras do supermercado. Com esse salariozinho ele vai ter que pagar a conta de água, de luz, se tiver um telefone, pagar a comida, o aluguel da casa, comprar uniforme escolar, comprar material escolar para a criança, comprar remédio e tantas outras coisas.

Nobres Srs. Deputados, com este novo salário que o Sr. Lula está anunciando para o Brasil, o trabalhador brasileiro vai ter que fazer tudo isto que falei. Vai ter que comprar roupa, porque se sair pelado na rua vai preso - atentado ao pudor, preso - tem que comprar sapato, porque também se for descalço no emprego, perde o emprego - não pode ir nem sem meia no pé. O trabalhador brasileiro, Deputada Cida Borghetti, vai ter que viver com apenas R\$ 13,70 por dia. E não está em vigor ainda o salário. Isso o novo salário que alguns vão receber apenas no começo de abril.

Então, estamos hoje aqui para dar uma nota zero aos cabeçudos do Governo, nobre Deputado Stephanes, tem gente de valor no Governo. Tem o próprio pai de V. Exa. lá, homem de bem, mas deve ter uns cabeçudos, umas cabeças quadradas que não sabem nem quanto custa um quilo de arroz, não sabem quanto custa um botijão de gás e que acham que o trabalhador está bem, que R\$ 400 e poucos o trabalhador não vai ter nem onde gastar, porque o Presidente Lula já falou até que agora o trabalhador está podendo ir ao shopping center fazer compra. Com R\$ 412 por mês? R\$ 13,70 de salário por dia? Se o trabalhador for com filho no Mc Donald's nem um sanduíche ele compra, não compra.

Então, estamos aqui hoje para prestar a nossa homenagem a memória do grande brasileiro Getúlio Vargas e a todos aquele que efetivamente, concretamente, dedicam o seu esforço e sua vida visando melhorar a qualidade de vida do nosso povo brasileiro e lamentar a tristeza que

toma conta do coração e da vida daqueles que são assalariados, daqueles que são aposentados, porque esse ferro que o Governo está dando com a porcaria, isto é uma porcaria, de um novo salário, isto vai atingir também os pensionistas, minha gente. Então, como é que podemos pregar que o Brasil caminha para o 1º Mundo quando vemos esta verdadeira ofensa ao direito do nosso trabalhador de poder respirar mais aliviado.

Hoje, nessa política de salário, não é mais o jovem Lula, lá de São Bernardo, do Sindicato dos Metalúrgicos, do Lula grevista, do Lula piqueteiro, do Lula, que ele próprio reconhece, que era um agitador, mas que agia bem em defesa do trabalhador. E quando vemos hoje bancos, como o próprio Banco Itaú, no último balanço, mais de R\$ 8 bilhões de lucro, vemos que, lamentavelmente, alguns segmentos do Governo Federal, estão direcionados, Sr. Presidente Anibelli, mais para defender os grandes banqueiros que sugam o sangue do nosso povo brasileiro. Enquanto um banco não sabe nem onde guardar tanto dinheiro, vemos, conversando aqui e ali com a classe trabalhadora, a indignação, a frustração, a tristeza por esta notícia que hoje está no jornal.

Teve um tempo que me lembro, nobres Deputados, que os trabalhadores festejavam quando seu salário subia, mas agora quando se fala que com o aumento que eles chamam de aumento, um trabalhador ou uma trabalhadora vai ter que se sustentar, sustentar os filhos, a esposa, a família com apenas R\$ 13,70 centavos por dia, Sr. Presidente Anibelli é um absurdo, é uma vergonha, é lamentável, é deplorável. E estamos aqui, se têm méritos o Governo em alguns segmentos, por outro lado...

(Término do tempo - Presidência concede mais um minuto)

Encerrando, Sr. Presidente, lamentando que este ano a classe trabalhadora tem que dar nota zero à equipe do Governo Lula, que cometeu esse verdadeiro crime que vai empobrecer muito o nosso povo brasileiro com o miserável e vergonhoso salário que vai ser de apenas R\$ 13,70, por dia! O Lula não vive com R\$ 13,70, nem por um segundo!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas uma consideração que acho importante, gostei do pronunciamento do Deputado Belinati, mas só para lembrar que com tudo isso que ele falou, imaginem, os senhores que o Presidente Lula tem 68% de aprovação, se seguisse a orientação dele estaria com 150%. Infelizmente, para Oposição no Brasil, ainda há o que falar.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Presidente, só para completar aqui ao Deputado Tadeu que temos uma admiração grande, torço para que o Presidente Lula tenha 100% de popularidade. Acho que a Bancada do PT desta Casa poderia sugerir ao Lula cancelar esse aumento vergonhoso e dar um aumento decente para o trabalhador. Vamos bater palmas e o povo também. Aí vai subir a popularidade dele.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu estava na Liderança dos Democratas conversando com um Parlamentar e escutava o pronunciamento do Deputado Belinati e eu ouvia V. Exa. falar do Presidente Lula. Quero dizer que certamente V. Exa., que é dos políticos mais experientes e vividos neste estado, porque ao longo da sua vida já passou, V. Exa. sabe que este país vive um dos momentos únicos de ter um Presidente da República que tem uma visão de estado, um torneiro mecânico, filho de uma família de retirantes nordestinos e que está conseguindo fazer uma transformação que a elite deste país durante anos construiu para preservar os seus interesses. O Presidente Lula, com uma visão de estadista, com uma linguagem simples do povo, consegue dizer aquilo que é essencial. Ainda ontem na televisão eu vi o Presidente Lula dando rumos a este país. Como é bom ter um Presidente da República que não tem compromisso com os grupos econômicos, não está apegado aos interesses do grande capital, não governa para quadrilhas, ao contrário, tem compromisso com o movimento social e com a construção de um país democrático e socialmente justo.

Concedo aparte ao Professor Luizão.

O Sr. Professor Luizão (PT)

Obrigado, Deputado Romanelli, grande Líder dessa base governista. Tenho que recorrer a V. Exa., uma vez que o Deputado Antonio Belinati não me concedeu o aparte que gostaria.

Em relação ao salário-mínimo, gostaria de dizer que realmente não é o ideal que a classe trabalhadora precisa, mas sem dúvida nenhuma esse é um Presidente que representa essa classe trabalhadora, que são as pessoas mais pobres deste país, haja vista o último Programa lançado pelo Presidente Lula, que visa beneficiar quase 1.000 municípios com o menor IDH deste país.

Qual Governo que toma como prioridade destinar recursos públicos para resgatar a cidadania daqueles que mais precisam? Não importa o partido que governa a cidade, como disse muito bem o Deputado Elton Welter.

O salário-mínimo, em relação ao último Governo do Fernando Henrique, comparado com o dólar, é mais de quatro vezes do que era no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. Diga-se de passagem, no período do Governo Fernando Henrique, o dólar também não estava tão alto. Embora no começo do Governo Lula estava 3.80, mas no último dia do Governo Fernando

Henrique o salário-mínimo do trabalhador brasileiro equivaleria a US\$ 56. A Oposição na época brigava que tinha que ter um salário-mínimo de US\$ 100. Só que hoje o salário-mínimo indo para R\$ 412, em abril, diga-se de passagem, foi antecipado, porque antes era em maio e recebia em junho. O salário-mínimo equivale a US\$ 245 dólares.

Então, o poder de compra do trabalhador brasileiro, aquele que ganha o salário-mínimo, sem dúvida nenhuma é muito maior do que era na época do Governo anterior. O Lula está fazendo a economia crescer e gerando emprego.

Hoje saiu um dado, Deputado Romanelli, que no estado de São Paulo a taxa de desemprego é a menor, desde 11 anos atrás. É a menor no estado de São Paulo e no Brasil inteiro. O Governo Lula já gerou quase 7 milhões de empregos com carteira assinada. Então, é um Governo que está fazendo o país crescer, o trabalhador ganhar mais, as pessoas terem emprego e trazerem mais dignidade para a sua família.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o aparte e ao mesmo tempo concedo aparte ao Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Obrigado, Deputado Romanelli. Acho que o Lula é muito sabido, a sabedoria dele é popular. As futuras gerações vão chegar à conclusão que o verdadeiro sociólogo que passou pela presidência era Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É uma boa definição, Deputado Cheida.

Sr. Presidente, Deputado Anibelli, que como eu, contra V. Exa. também tem um mandato proibitório que nos impede de fazer as manifestações nas praças de pedágio. Mas nesta tribuna, entendo que somos livres para manifestar a nossa liberdade de expressão. Embora claro, algumas remanescentes da Direita, que serviram à ditadura, certamente, gostaram de fazer calar a nossa voz.

Aqui, até para ouvir muitas coisas que não concordo, fico feliz de viver num país de liberdade e democracia. E, fundamentalmente num país onde pudéssemos fazer como hoje pela manhã, sobre a presidência do Deputado Artagão Júnior Mattos Leão, vir aqui, hoje, e os Deputados que integram a Comissão de Fiscalização, participei dessa Audiência Pública, veio aqui de novo o porta desaforo das concessionárias. Não me estranha que - não estou aqui ofendendo o Sr. Chiminazzo - digo porta desaforo não no caráter pessoal, mas porque novamente se recusaram a vir aqui. Assinaram procurações nomeando-o como preposto, para vir aqui apresentar as transparências, pelo Power Point, para mostrar o quanto já faturaram, o quanto já arrecadaram da economia paranaense, da sociedade paranaense, para poder fazer com que o pedágio existisse.

Ouvi pronunciamentos, aqui, do pedágio. Ouvi o Deputado Jocelito Canto, que um pouco falou contra, um pouco falou a favor. O Deputado Plauto Miró Guimarães, que clara e objetivamente deu uma posição favorável ao pedágio. Diria que é um defensor do pedágio. E respeito. Acho que os neoliberais, aqueles que defendem um modelo de sociedade diferente do que eu defendo, claro, vai defender a privatização de tudo, inclusive das nossas rodovias, que são nossas, não das empresas concessionárias do pedágio.

E é verdade. Eu disse isso, aqui: quando foi definido o pedágio, e V. Exas. sabem, esta Casa votou o pedágio. Votei contra. Me lembro bem. Votei contra, votou contra a Bancada do PMDB, a Bancada do PT, o representante da Bancada do PMDB, o Deputado Irineu Colombo, representando a Bancada do PT. Votamos contra. Agora, o que votaram a favor, que queriam criar este pedágio, certamente não têm condições de ir à tribuna e questionar o modelo, aqui. Porque o modelo tarifário que foi posto é o da simulação da onerosidade. Que é isso? É a concessão onerosa. É diferente da licitação feita pelo Presidente Lula, que quem queria ser “pedageiro” foi lá na Bolsa de Valores, BOVESPA, ofereceu a menor tarifa. Aqui, não! Aqui o Jaime Lerner chamou os empreiteiros e é a esta famosa reunião que o empreiteiro Cecílio Rego Almeida, que construiu uma das maiores empresas de engenharia deste país, um homem destemido, corajoso, que cassou um Governador, inclusive, deste estado, num “grampo” pegou um ato de corrupção deste Governador, deu um murro na mesa e disse: “A última rodovia importante que eu construí neste país foi a duplicação da BR-277, que liga Curitiba a Paranaguá; é por isso que quero este trecho da rodovia; e se não me for dado este trecho, ei melo esta licitação!” Se isto influenciou, não sei.

Este empreiteiro, Cecílio Rego Almeida, se é verdade ou não que ele influenciou a decisão, eu não sei. Mas, que a Ecovia se tornou a proprietária da rodovia, se tornou. E é a que mais fatura. Que receita maravilhosa tem a Ecovia, não é? E nós pagamos pedágio.

Então, quero dizer a V. Exas. que hoje, quando via o Sr. João Chiminazzo, vou mais uma vez dizer, meus respeitos, ele é um profissional, trabalha, recebe os honorários dele e faz o papel dele. Agora, o que não podemos aceitar é de fato discutir com preposto. Não é possível discutir com preposto. Temos que discutir com quem é dono! Porque quem é dono é o que tem a capacidade. Ele veio aqui, para nós e disse: “Olha, o pedágio para nós quase que chegou a ser um mau negócio!” A minha pergunta: Queria saber se vocês aceitam abrir mão dos contratos, se vocês acham que não é um negócio tão bom assim, se aceitam abrir mão dos contratos, passam de novo para o estado e o estado toca isso! Pessoalmente, acho isso.

Naquele momento, o que acontecia no Paraná? Tínhamos um Governo que dizia que era impossível fazer manutenção de rodovias se não cobrasse o pedágio.

Foi isso. Quase que um consenso. Sei que muitos Deputados da então base governista votaram nessa: “Olha, a estrada está arrebitada”.

Estamos vendo que é possível ter rodovia, construir, e manter com impostos que o povo paga. Basta ver o que fizemos nestes últimos cinco anos, que até a Oposição reconhece o que foi feito nas rodovias.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigada Deputado Romanelli. Tinha solicitado esse aparte ao Deputado Plauto Miró, mas não foi possível pela exigüidade do tempo, e na verdade gostaria de ter falado naquele momento. Mas estive, no dia da apresentação do relatório, o Deputado Plauto foi o Relator da Comissão Especial de Investigação. E o Deputado Plauto colocava que as concessionárias querem negociar, aceitam negociar. Mas no meu entendimento, posso estar cometendo um equívoco, mas em momento nenhum entendi que era uma vontade de negociar. Na verdade, o meu entendimento era que as concessionárias queriam uma maquiagem para que pudéssemos induzir à sociedade que estava sendo feita uma negociação. Porque quando se diz que quer se negociar as tarifas e se coloca como condição, por exemplo, prorrogar o prazo de concessão, ou livrar o município de recolhimento de ISS, onde as praças de pedágios estão instaladas, ou tirar o ICMS dos produtos usados para a conservação das estradas, tudo isso não é negociar a tarifa; tudo isso é maquiagem e passar para a sociedade uma ilusão de que ela pagará menos pedágio.

Na verdade, se fracionará e se diluirá o custo desse pedágio dando esta ilusão de redução. Então, este é o meu entendimento e quero realmente me somar a V. Exa., claro que nesse pronunciamento com relação de que realmente os pedágios são caros e nós pagamos muitas vezes tarifas, porque o custo do frete que traz o nosso alimento nós não pagamos quando descemos para o litoral, nós pagamos o pedágio quando nos alimentamos.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu que agradeço. Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Romanelli, estou acompanhando o seu pronunciamento, e mesmo sendo um Deputado de Oposição, e muitas vezes entramos até mesmo em rota de colisão aqui na Assembleia Legislativa, discutimos em diversos assuntos, acho que foram debates muito importantes no último ano e no começo de 2008 também. Mas com relação ao pedágio, concordo plenamente com V. Exa., não consigo entender como no estado do Paraná temos as tarifas mais caras já praticadas. Então, tentamos de todas as maneiras, através de projetos na Assembleia, tentamos conversar também com as concessionárias, fizemos por diversas vezes Audiências Públicas, e acho que isso é unânime, não existe nenhum Deputado que seja favorável a essas tarifas dessas concessionárias de pedágio.

Mas estou lhe aparteando para pedir apoio, não somente de V. Exa. como também de toda a base governista, porque na semana que vem teremos um projeto que foi apresentado no começo do ano passado, pedindo, determinando que as concessionárias teriam que praticar tarifas de 50% para estudantes que estudam em cidades distantes do colégio. E eu gostaria muito que pudéssemos derrubar esse veto que poderá vir, eu acredito, na próxima semana aqui para a Assembléia Legislativa, porque tem total amparo legal, amparo inclusive federal. Acho que é importante analisarmos com carinho esse projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente. Acho interessante, Deputado Marcelo Rangel. Prometo que vou analisar. De antemão o meu posicionamento é favorável, mas é claro que tem que analisar o episódio.

Quero dizer à Deputada Rosane Ferreira, que, de fato, a economia paranaense sangra. Hoje o porta desaforo - desaforo porque ele apresenta as más notícias do pedágio - ele tenta mostrar que houve uma redução do número de veículos que circulam pelas rodovias.

São 26 empresas que controlam seis concessionárias. Entendo que se algum deles fraudar a receita interna, é briga de quadrilha. Sabemos que essas organizações têm um tipo de comportamento que, se descobrir alguém fazendo algum tipo de coisa ilícita, certamente terão problemas.

Pode até ter reduzido, mas por quê? Porque o preço de pedágio é tão abusivo que as pessoas estão buscando mecanismos para poderem evitar o pagamento. Até furar o pedágio. Mas, mais do que furar o pedágio, são as rodovias vicinais que estão sendo utilizadas. E cada vez se utiliza mais.

As concessionárias do Paraná já arrecadaram - vejam bem o número que vou dizer, prestem bem atenção - já arrecadaram nos valores do balanço deles, 3 bilhões e 900 milhões. Isso no valor histórico. Se você atualizar o valor, já arrecadaram 5 bilhões e 600 milhões.

Um quilômetro de rodovia custa, em média, R\$ 1 milhão. São 2 mil e 500 quilômetros, logo são 2 bilhões e 500 milhões. Já arrecadaram duas vezes para construir as estradas zero quilômetro.

Posso tirar de conclusão que as concessionárias só vão sentar numa mesa para discutir, negociar, quando eles vêm ameaçados ou o seu contrato, que é fruto desse conluio dos empreiteiros com o Governo de então, ou tiverem as suas receitas ameaçadas.

Por isso, quando começar funcionar o pedágio do Governo Federal, na média de R\$ 1 por praça de pedágio, contra os R\$ 11,40 daqui da Ecovia, quero ver eles conseguirem cobrar essa tarifa de pedágio.

Agora, que eles tentam intimidar as pessoas de todas as formas eles tentam.

Faço aqui uma pergunta: quanto eles investiram em publicidade e propaganda nesses 10 anos? Tenho uma informação que eles investiram mais que o Governo.

Por isso que, muitas vezes, compram a opinião de muita gente.

Um dos que me fizeram desaforo público foi o professor Belmiro Valverde.

V. Exas. devem ter lido o artigo que ele publicou na Gazeta do Povo me criticando, fazendo reparo na minha conduta ética.

Exatamente no dia que voltou a Assembléia Legislativa, no dia 11 de fevereiro, a Gazeta do povo publicou a minha resposta.

Justamente aquele que se colocou como um arauto da moralidade pública, foi justamente ele que fez os estudos macroeconômicos para fundamentar o preço abusivo do pedágio, mas ainda ele é o Consultor da ABCR.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No horário da Liderança da oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de fazer as considerações sobre o assunto que me traz à tribuna, o Deputado Plauto me pede um aparte para fazer uma complementação sobre aquilo que falamos no Pequeno Expediente, em relação ao aumento da água proposto pela SANEPAR.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Elio, Sr. Presidente.

O tempo vai dizer. Esse tempo passa rápido. Quando ouvi a autorização do Conselho da SANEPAR para que pudesse cobrar um aumento de 14% no abastecimento de água e coleta do esgoto sanitário e, logo em seguida, vem o Governador Roberto Requião dizendo que vai vetar, isso me causa uma estranheza, porque em breve, com certeza, veremos um anúncio novamente de um percentual um pouco menor que os 14%, mas vem um percentual significativo de reajuste.

Essa é a mesma história do bode que colocaram dentro de uma sala cheia de pessoas se apertando, todos muito irritados de estar ali. Pegam e colocam um bode fedido dentro da sala. O que acontece? No momento que tiram o bode, todos os que estavam dentro da sala passam a ficar felizes e numa situação confortável. É a mesma coisa com o reajuste. Falaram que é 14%, vem o Governador do Estado e diz: 'Que barbaridade! Não pode! Isso é demais!' Esculhamba todo mundo, depois vem um aumento de 10, 11 e fica o Governador como o salvador da pátria, que conseguiu reduzir alguns pontos no percentual a ser cobrado. Pode ter certeza que é isso que vai acontecer.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Aliás, Deputado Plauto, isso já aconteceu no Paraná com a COPEL. Quando a ANEEL propôs 25% de aumento, a COPEL aumentou os 25% e deram desconto, graças ao Governador Requião, que não aplicou. Depois, retirou o desconto e estamos pagando energia com aquele proposto e muito mais ainda. Essa é a verdade. A COPEL vende energia mais cara do que outras empresas que estão estabelecidas no Paraná que comprem a energia. Ao menos até ano passado, acho que a Força e Luz, aqui de Guarapuava, acho que vende energia ou deve vender, tem que fazer um levantamento, já existia. Tem que saber quanto custa a energia que as empresas privadas vendem e a energia que a própria COPEL vende, para ver o que custa mais e o que custa menos.

Deputado Plauto, conhecemos o nosso Governador e eu disse, no Pequeno Expediente, que com toda certeza, Deputados que dão sustentação ao Governo iriam dizer amanhã ou depois: “Graças ao Governador do Estado, Roberto Requião, a água não aumentou 14%, só aumentou 8, 9%.” Aliás, o Deputado Kielse não ouviu o que eu falei. Ele foi naquela tribuna, na Sessão de hoje, e confirmou: “Governador do Estado do Paraná é contra os 14% de aumento. Não vai ser 14%.” Ele mostrou claramente que é um balão de ensino, que é um teatro, que estão brincando com a sociedade.

Volto a dizer: vou me penitenciar, vou usar esta tribuna, Deputado Anibelli, se acontecer um fato. Se isso que estou dizendo não for verdadeiro, mas deve acontecer alguma coisa, alguém deve ser demitido ou alguém vai se demitir. Se isso não acontecer, Plauto, então foi um balão de ensino, um teatro, quer dizer, a história do bode, bem aplicada e muito bem contada por V. Exa.

Na verdade, Sr. Presidente, estou usando a tribuna, hoje, para fazer uma outra consideração. A Receita Federal, no dia de ontem, publicou a receita que o Governo Federal teve no mês de janeiro. Quebrou todos os records na história do Brasil: 62 bilhões 596 milhões foi a receita no mês de janeiro; 20% a mais do que em janeiro de 2006. Por que trago esses números? Em janeiro de 2006, Srs. Deputados, tínhamos a CPMF. Quando os Parlamentares lá no Congresso e nós aqui na Assembleia Legislativa - acredito que por autoria do Deputado Antonio Anibelli - subscrevemos e aprovamos um requerimento pedindo aos Parlamentares do estado do Paraná que votassem contra a prorrogação da CPMF, pois ela não se fazia necessária. Por que não se fazia necessária? Porque o meu partido, os Democratas, foi o primeiro a se manifestar contra a prorrogação da CPMF. Outros partidos também se somaram, das mais diversas facções, partidos que dão apoio ao Governo, de Oposição, foram contra a prorrogação da CPMF. Na Câmara passou, mas infelizmente no Senado não.

Dizíamos, aqui, Srs. Parlamentares, no ano passado, que o Governo Federal iria arrecadar, como de fato

arrecadou, em 2007, 60 bilhões acima da estimativa. Estimava-se que em 2007 iria se arrecadar 40 bilhões da CPMF, o que efetivamente não ocorreu com os 40 bilhões, mas chegou perto dos R\$ 38 bilhões. Teve um excesso de arrecadação de R\$ 24 bilhões, tirando a CPMF fora. Mesmo assim o Governo Federal não usou o dinheiro para a sua finalidade, porque o problema da Saúde continua: filas, faltam UTIs, pessoas morrendo por falta de assistência. A sociedade brasileira continuava pagando.

Por que agora estamos fazendo essas considerações? Para mostrar claramente que a CPMF era um imposto, uma taxa, uma contribuição não necessária. O Governo arrecadou, no mês de janeiro, 10 bilhões a mais do que em janeiro de 2007 - quando tínhamos a CPMF. Ficou claro e evidente que o tempo mostra, claramente, que existe uma coisa que confirma os atos de uma pessoa. O Governo disse que não poderia governar e administrar sem a CPMF, que era necessária para cobrir as suas despesas. Ora, por que houve o crescimento? Houve o crescimento da receita no país, porque houve um crescimento do consumo, dos investimentos e da própria arrecadação, porque o país anda em uma fase boa. A economia hoje implantada pelo Governo Federal é o mesmo modelo implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Não se mudou absolutamente nada. As portas do Brasil continuam abertas. Quem abriu as portas não foi Fernando Henrique Cardoso. Apesar dos defeitos, teve grandes virtudes o Fernando Collor, que abriu as portas do Brasil para o mercado internacional e os investimentos aconteceram e continuam acontecendo, porque hoje o Brasil tem credibilidade, sim.

Quem conhecia a política do próprio PT, quando Oposição, e vê hoje o que o PT faz, é totalmente diferente daquilo que eles pregavam. Depois que eles chegaram ao poder, sentiram que não se deve romper com o FMI, não é “fora, capital estrangeiro”. Aliás o Presidente Luiz Inácio da Silva é o Presidente que mais viaja por esse mundo. Não sei se na história da república alguém tem viajado tanto quanto o Lula.

Dizer para os Srs. Deputados do PT, que o Brasil cresce por causa da política econômica implantada no passado. O Paraná cresce, os frutos hoje, por causa de uma industrialização implantada no estado do Paraná. Ninguém pode negar isso. Isso ficou claro, demonstrado, posso trazer para cá, Deputado Romanelli - o senhor que é o Líder do Governo, tem acesso muito mais fácil do que nós - pegarmos as empresas que se estabeleceram no estado do Paraná. Quais são as maiores empresas que mais contribuem com a CPMF? São as empresas que vieram na época do Governo Lerner. E quem eram os seus Secretários?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

O Secretário da Indústria e Comércio, o nosso Presidente da Casa, Nelson Justus; o atual Deputado Eduardo Sciarra, outro era o Reinhold Stephanes que hoje é o Ministro da Agricultura; outro Secretário era o Rafael Greca, que hoje está no PMDB; o Líder do Governo era Algacé Túlio, que hoje trabalha no Governo do Estado. Quer dizer, todas essas pessoas serviram. O Deputado Reinhold Stephanes Júnior que hoje está no PMDB, Deputado Estadual, foi Secretário do Jaime Lerner. Essas pessoas que serviram o Governo do Estado, hoje estão no lado do Governo e o Governo condena a política adotada no estado do Paraná.

Então vejam, senhores, como às vezes é difícil explicar. Mas eu diria apenas o seguinte: a CPMF caiu no momento certo, quando o Brasil não precisa. Vamos usar bem os recursos e aplicar da melhor maneira... (cortado som).

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 005/08, subscrito pelo Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia de hoje (27/02/08), em virtude de sua participação em Audiência Acadêmica sobre Planejamento Familiar realizada na Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), na cidade de Tubarão/SC. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Deputados Reni Pereira, Ribas Carli Filho e Rosane Ferreira, constante do expediente, comunicando que por deliberação dos Deputados da Bancada do Bloco PSB/PRB/PV, a partir desta data, o Deputado Pastor Edson Praczyk passa a responder pela Liderança do Bloco nesta Casa e o Deputado Ribas Carli Filho, pela Vice-Liderança. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Professor Luizão, na qualidade de Líder da Bancada do PT, constante do expediente, indicando o nome do Deputado do PT, Péricles de Mello, para compor a Comissão Especial que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual, que altera o parágrafo 3º do artigo 210-A, de autoria do Deputado Alexandre Curi. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Memorando subscrito pelos Deputados Luiz Claudio Romanelli-PMDB; Ademar Traiano-PSDB; Péricles de Mello-PT; Plauto Miró-Partido Democratas; Ney Leprevost-PP; e Rosane Ferreira-Bloco PSB/PRB/PV, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes destes partidos, que indiquem seus membros partidários para a formação da Comissão Especial de Reforma à Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 021/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 210-A da Constituição Estadual. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida e da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 281, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois estará ausente deste plenário nas sessões dos dias 26 e 27 do corrente mês, por motivo de saúde, com atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 285, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a anexação dos Projetos de Lei nºs 039/07 e 851/07, de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Plauto Miró, respectivamente, por se tratarem de matéria semelhante. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 286, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a anexação dos Projetos de Lei nºs 847/07 e 012/08, de autoria dos Deputados Plauto Miró e Dr. Batista, respectivamente, por se tratarem de matéria semelhante. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/08, de autoria da Comissão Executiva, que altera os artigos 90 e 91 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. (Serviço Público). PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO EXECUTIVA
EMENDA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/08

P A R E C E R :

A presente proposição de autoria da Comissão Executiva, que objetiva alterar os artigos 90 e 91 do Regimento Interno, recebeu três emendas de Plenário, na Sessão do dia 26/02/08.

A Emenda nº 01 objetiva alterar o texto do parágrafo 7º do artigo 91, do projeto de resolução, procurando retirar a obrigatoriedade da apresentação de requerimento inscrito e fundamentado para o uso da palavra para explicações pessoais, a Comissão Executiva não encontrou nenhum óbice para a aprovação dessa emenda.

As Emendas de nºs 02 e 03 pretendem modificar o parágrafo 1º do artigo 90, da proposição em tela, retirando dos Líderes a efetivação da inscrição junto à presidência da Mesa, para o uso do Grande Expediente. A Comissão Executiva concorda com o pleito dos Deputados Jocelito Canto e Edson Strapasson, autores das emendas, e entende ser melhor adequada a redação da Emenda nº 02, de autoria do Deputado Jocelito Canto.

Sendo assim, somos de parecer favorável às Emendas nº 01 e 02, opinando-se pela sua aprovação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.02.08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXADRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação as Emendas nºs 01 e 02. **Aprovadas.**

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Presidente, a Emenda nº 01, que altera o parágrafo 7º do artigo 91?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Exatamente.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

E a outra é que fica alterado o parágrafo 1º do artigo 90 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná?

Só para saber quais as emendas acatadas e qual o parecer que vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

São três emendas. Uma não foi aprovada. A nº 01 complementa, é mais abrangente que a nº 03. O parecer favorável é nº 01 e 02.

A Emenda nº 02 fica alterado o parágrafo 1º do artigo 90 do Regimento Interno: Os 30 minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais, entre membros da Bancada da Situação e Oposição, alternadamente em cada Sessão Plenária, sendo ocupadas por qualquer Parlamentar segundo a ordem cronológica de inscrição ou do pedido do uso da palavra.

É o que está sendo aplicado neste ano legislativo.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Essa está sendo acatada?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

E a outra, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A primeira é do Deputado Elio Rusch:

(Lê):

“EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/08

A presente emenda modificativa ao Projeto de Resolução nº 004/08, tem por objetivo alterar a redação proposta para o parágrafo 7º, do artigo 91 do Regimento Interno da Casa, conforme redação que segue:

Art. 91. ...

“§ 7º O uso da palavra para explicações pessoais é de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis por igual período e está condicionado à concessão da palavra pelo Presidente da Mesa, devendo o orador restringir-se ao assunto que motivou a solicitação, sob pena de advertência e, em caso de insistência no desvio do tema, de cassação da palavra”.

Sala das Sessões, em 26.02.08.

(aa) MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, PASTOR EDSON PRACZYK, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, PLAUTO MIRÓ e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Viabilizar a prerrogativa parlamentar de apresentação de explicações pessoais ao final da Sessão, quando não disponha o Deputado, de tempo hábil para formalizar o requerimento por escrito.”

Ao invés de 15 minutos, passa a ser cinco prorrogáveis de mais cinco.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, acho que a Mesa agiu com bom senso, porque as outras emendas, na verdade, são redundantes e concordamos com a posição da Mesa em relação às duas emendas e parecer contrário das outras duas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

A concordância do nobre Deputado Elio Rusch é uma e eu queria que a Mesa esclarecesse, porque na Ordem do Dia não está aqui identificada qual é a Emenda nº 01...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A nº 01 é das Explicações Pessoais, a nº 02 é a dos 30 minutos, dividido em dois períodos de 15, e a nº 03 se refere aos 30 minutos também no Grande Expediente.

A do Deputado Jocelito é mais explicativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer o seguinte: que o acordo dos Líderes não é a emenda que está sendo acatada. O acordo que fizemos é da emenda, não tenho o autor aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

É do Deputado Jocelito e mais...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, não é. É uma outra, apresentada acho que pela Bancada da Oposição. Essa emenda que é fruto do acordo, ou seja, aquela dos 30 minutos. Vou ler, porque como não está numerada não tenho como fazer com que os Parlamentares possam identificá-la.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Se é a que está no projeto posso ler para V. Exa.:

“Os 30 minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais.”

É quase a mesma coisa. Apresentada pelo Deputado Edson Strapasson e apoiada por mais de 10 Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, Sr. Presidente, o acordo que fizemos é da primeira emenda: “Alternadamente em cada Sessão Plenária, cabendo aos Líderes, na ausência destes aos Vice-Líderes, a efetivação da inscrição junto à Presidência da Mesa”.

Este é o acordo que está valendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não consta do projeto, Deputado. Posso colocar em votação só o que consta no projeto, mas podemos retirar o projeto, se V. Exa....

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer, Sr. Presidente, que lamentavelmente a emenda não está numerada aqui na Ordem do Dia. Lamento, enfim, é uma falha técnica.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

É a quarta emenda?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É a primeira do ponto de vista de quem recebe a Ordem do Dia - na página 5 - é esta a emenda que é objeto. Na minha avaliação, não sei quem foi que elaborou essa emenda, mas ela traduz o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. está referindo-se ao projeto original, então? “Os 30 minutos iniciais do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais entre os membros da Bancada de Situação e Oposição...”

Este é o original do projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É o original. Eu tenho, Sr. Presidente, que o acordo que houve entre as lideranças é do texto que está aqui redigido na resolução - a emenda altera o acordo de lideranças que foi feito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, estou lendo aqui e mesmo que haja este acordo, ele não pode ser colocado aqui na Casa. Acho que dividir o Grande Expediente em 15 minutos é correto. Divide, cada Deputado pode falar, dois Deputados por dia.

Agora, Sr. Presidente, já existe o Horário das Lideranças. Como vai mexer no Grande Expediente que, historicamente, nunca teve a ver com Liderança? Liderança já tem. Tem Pequeno Expediente que se inscreve pela ordem, aí vem o Horário das Lideranças, que cada Líder pode falar, e por fim vem o Grande Expediente que antes era ocupado por um Deputado por 30 minutos. Agora há uma sugestão que este horário seja dividido de 15 em 15. Concordo plenamente. Agora, Sr. Presidente, o senhor há de convir que a pessoa quando for se inscrever, o Deputado que tiver que se inscrever vai ter que pedir autorização para a Bancada, para o Líder. Eu não tenho que pedir nada para Líder nenhum. Eu tenho que pedir para a Mesa, para a presidência da Casa. A presidência da Casa define, tem um cronograma de inscrição, quem chegar primeiro se inscreve, quem tiver oportunidade. Eu mesmo já me havia inscrito algumas vezes e algum Deputado me pediu e eu abri mão porque era mais importante.

Sr. Presidente, eu queria deixar bem claro que meu posicionamento é favorável aos 15 minutos de cada lado e que a Mesa defina, quem chegar primeiro se inscreva, senão a Mesa vai deixar que os Líderes determinem o horário!

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, penso de forma semelhante ao Deputado Jocelito Canto. Acho que o Grande Expediente tem que ser livre, não tem que ser indicado e nem tem que ser dividido entre Oposição e Situação. Quem se inscrever vai tratar do assunto dele e acabou, como era e como é nos outros Parlamentos.

Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, participei dessa reunião e tem razão o posicionamento do Deputado Romanelli: o acordo de lideranças que foi feito acata aquela emenda lida pelo Deputado Romanelli e não essa do Jocelito. Mas, veja bem, após isso há um parecer favorável da Comissão Executiva à emenda do Deputado Jocelito. O que tinha sido estabelecido, Sr. Presidente, era o seguinte: evitar que o mesmo Parlamentar pudesse falar por várias vezes, durante o mês, no Grande Expediente. Como isso não foi

disciplinado, então foi feita esta emenda. Ficou estabelecido lá também que nenhum Deputado poderia falar mais que duas vezes no Grande Expediente por mês.

Como isso não está ainda regulamentado, acho que, de duas uma, ou as lideranças se entendem aqui e se vota esta emenda do jeito que está, ou então tem que se rediscutir para que se possa chegar a um meio termo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sugeriria a V. Exas. o seguinte: vota-se o projeto que é o acordo e vota as emendas. Rejeita a emenda do Deputado Jocelito e fica o acordo. Isso poderá ser mudado na semana que vem, se V. Exas. quiserem.

Isso é para nortear a direção da Casa no Grande Expediente, como está sendo feito sem resolução nenhuma.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Por que não retira o projeto e retorna numa próxima Sessão, para que cheguemos a um ponto comum e possamos votar com unanimidade?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Peço que V. Exa. fale com os dois Líderes e se for de comum acordo nós retiraremos.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, temos aí apreciação, neste momento, das emendas, uma a uma ou todas as emendas em bloco?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Podemos colocar as duas, a nº 01 e a nº 02.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Presidente, além da proposição da emenda do Deputado Jocelito, também propus uma emenda com apoio de vários Srs. Deputados, alterando o artigo 1º, colocando que os 30 minutos do Grande Expediente serão divididos em dois tempos iguais, preferencialmente utilizados de forma alternada a cada Sessão Plenária, entre membros da Oposição e da Situação. Eliminamos somente aquilo que se dizia que é a questão que é para eu me inscrever no Grande Expediente. Vou ter que ter o veredicto ou a inscrição da Liderança. Daqui a pouco nós teríamos que vestir: quem é a favor teria que vir de camisa verde; quem é contra o Governo, de camisa vermelha. Não é assim! Fomos eleitos não para ser Oposição ou Situação, portanto eu consulto V. Exa.: vai votar essa emenda em separado?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Essa emenda recebeu parecer contrário, mas diante de tanta discussão, essa presidência **retira o projeto, que volta na Sessão de segunda-feira.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Entendo que antes de voltar a Plenário, tendo havido esta controvérsia, é necessário que o colégio de Líderes se reúna com o Presidente Nelson Justus e rediscuta.

Veja, não podemos, respeitando naturalmente a individualidade de cada um dos integrantes das nossas bancadas, dos Líderes, mas ao mesmo tempo, nós encaminhamos um processo que é fruto do amadurecimento entre as Bancadas da Oposição e Situação, o sentimento que é necessário respeitar justamente o tamanho das nossas bancadas, assegurando a participação de todos os Parlamentares. Justamente por isso, dividindo melhor esse tempo, inclusive o tempo do Pequeno Expediente, que fica melhor dividido. Esse entendimento tem que se discutir em cada uma das bancadas.

É necessário que o Presidente Nelson Justus, se for o caso, acho que é o caso, reúna os Líderes novamente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência não colocará na Ordem do Dia de segunda-feira.

O Presidente Nelson Justus que vai determinar o dia da votação, depois do entendimento sugerido por V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Aqui na Assembléia, infelizmente as pessoas não ouvem o que falamos, depois lamentavelmente acabam repetindo, ou se sentindo excluídas. O fato é que a medida de dividir o tempo, de forma alternada e igualitária, é no sentido de garantir a participação dos Parlamentares e não de excluir, ao contrário. Porque Parlamentares, até pelo tom que têm que possuir, querem tudo. Querem eles ocupar quase todo o tempo de poder expressar o seu pensamento, que é absolutamente natural.

É necessário que todos os Parlamentares tenham a oportunidade de falar. Esse projeto de resolução é justamente garantidor do direito de os Parlamentares poderem falar.

Por isso que ele é drástico dessa forma, não transferem aos Líderes aquilo que é atribuição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Agradeço a inteligência de V. Exa. e vamos aplicar a sua experiência.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 430/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de Handebol, com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/07, de 12/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 841/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Centro Municipal de Educação Infantil Meu Cantinho, com sede e foro no município de Santa Helena. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 842/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a ONG Liberdade de Pensamento e Ação Pela Cidadania - ONG LIPEAC, com sede e foro no município de Siqueira Campos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 156/07, de 03/12/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina a quadra do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha, localizado no município de Marialva de Quadra de Esportes Marcos Paulo do Prado. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 680/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que proíbe a publicação de anúncios, na imprensa do estado do Paraná, com fins de programas que induzem a prática de sexo. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDH E COPTC.** Em discussão. Em votação.

Esta presidência, por se sentir ofendida com a emenda, transforma a emenda em projeto, em separado, porque o meu projeto atendia a pessoa humana e o projeto do Deputado Péricles credencia estabelecimento comerciais. Será feito um projeto em separado de V. Exa.

Pela ordem, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Consulto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Deputado Romanelli, Líder do Governo, é um Deputado que tem também uma condição talvez de nos ajudar nesse debate, e os demais Deputados. Consulto a Mesa se no Regimento há a prerrogativa de o Presidente não acatar a emenda e transformá-la em projeto em separado. Qual o artigo do Regimento que fala isso? Porque quando foi feita a emenda, não foi o Deputado Péricles, foram diversos Deputados que assinaram. Me parece que a intenção é contribuir no debate.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Respondo a V. Exa.: o projeto muda radicalmente. Eu não aceito. V. Exa., para discutir, poderá transformar esse projeto em separado. V. Exa. vai ter que discutir.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Deputado Anibelli, se muda ou não muda, o problema é de quem fez a emenda.

Só estou perguntando se no Regimento, qual é o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não sei o artigo, mas isso é uma prática contumaz desta Casa...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Anibelli, V. Exa. está presidindo, mas o senhor não é dono da Assembléia. Gostaria que o senhor citasse qual o artigo do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa., qual é o artigo que cita?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, entendo que V. Exa., como autor do projeto e tem um sentimento de justamente impedir que as práticas de lenocínio possam continuar sendo divulgadas e publicadas pelos jornais, mas entendo o seguinte: não assinei, mas li a emenda oferecida pelo Deputado Péricles e diversos Parlamentares. E, sinceramente, ela não pode ser um projeto à parte.

Na minha avaliação, ela melhora inclusive a redação do projeto de V. Exa. Por isso, entendo que V. Exa. deveria acatar como emenda e remeter à CCJ, com este questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. não leu a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Li.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Deputado, queria fazer um apelo ao senhor. Como um Presidente democrático, uma pessoa informal, trata com elegância.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. está enganado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Acho que não. É uma exceção, sua conduta, hoje. Faço um apelo para não ver tolhida minha ação parlamentar. Me sentiria tolhido no meu direito de Deputado. Apresentei uma emenda, acho que é praxe, nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. apresentou uma emenda que acaba com o projeto. Não respeita esta presidência e nem este Parlamentar.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

Mas, saindo, como é de praxe, vai ter uma análise da Comissão e amanhã faremos o debate. Se eu entender que está estragando seu projeto, eu mesmo retirarei a emenda.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

V. Exa. está maculando. Acho que você se arrependeu de ter votado contra o projeto.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

Faço um apelo, Deputado, para não ver tolhida minha ação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Não aceito o apelo de V. Exa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

Que a Mesa retire o projeto, como é de praxe...

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Só pode ser retirada pelo autor.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

E podemos discutir. Retire o projeto para ser votada a emenda, amanhã.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Mas não aceitei como emenda, porque muda o projeto. Totalmente. V. Exa. esquece a pessoa humana e passa a credenciar estabelecimentos comerciais. Será que é a tônica do PT esquecer a pessoa humana?

O SR. DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

A missão, como Presidente da Mesa, não é esta. O senhor tem que seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

V. Exa. não vai nortear a presidência!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

Não, mas o senhor está errando. O senhor está sendo autoritário com esta Casa...

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Bastante. É falta de respeito o que V. Exa fez com este Parlamentar.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Pela Ordem)**

É uma falta de respeito com o Plenário, Deputado. Estou fazendo um apelo, pelo respeito que tenho pelo senhor, para que seja seguido o Regimento Interno. Podemos debater o conceito da minha emenda amanhã. Tudo bem.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Deputado, o senhor é um dos Parlamentares mais experientes. É nosso 1º Vice-Presidente, preside esta Casa, é um grande companheiro de todos nós. Eu sei que V. Exa. quer votar o projeto, mas veja, poderia retirar o projeto por uma Sessão só. Amanhã V. Exa. pode voltar com o projeto...

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Não estarei aqui amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Mas vai para a CCJ, se for o caso, na terça-feira, recebe como emenda ou não, Presidente!

V. Exa. pode até dizer que não, mas V. Exa. é um democrata, tem uma história de democracia!

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Por eu ter experiência é que não posso aceitar um projeto que muda a pessoa humana num estabelecimento comercial! É uma barbaridade o que V. Exas. querem fazer!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Mas é que na verdade discute o mérito da questão. Está correto o Deputado Péricles.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

“Fica proibida a publicação na imprensa do Estado do Paraná...” - igual o meu - “...de anúncio de estabelecimentos comerciais que façam apologia ao lenocínio”.

Aos estabelecimentos comerciais! Estou proibindo, no meu projeto, pessoas que vendam.

“Art. 1º Fica proibida a publicação na imprensa do estado do Paraná anúncios com fins de programas que induzam à prática de sexo”. Não tem nada a ver com estabelecimento comercial!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, não sou detentor de todo conhecimento do Regimento, mas vossa postura me parece defender um projeto de vossa autoria. Não seria aconselhável o senhor solicitar a substituição de V. Exa. enquanto Presidente, porque se o senhor está presidindo e transparece defesa de vosso projeto, o que é legítimo, penso não combinarem as duas posições.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Não posso votar o projeto.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Como já está notório encaminhando vossa proposição, defendendo, penso que alguém deveria ocupar a presidência nesse exato momento, até para que V. Exa., no mesmo nível dos demais Pares, faça de igual para igual essa argumentação, ou contra-argumentação da proposição do Deputado Péricles.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de solicitar que fosse usado o painel eletrônico na votação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

É que se acatar a emenda vai voltar para a Comissão de Justiça. Sou capaz de retirar o meu projeto e deixar o de V. Exa., e vou usar contra V. Exa. tudo aquilo que eu sei.

Retiro o projeto de votação e anuncio para a próxima semana, não amanhã, porque amanhã não estarei presente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

O que o senhor sabe de mim? O senhor está me ofendendo! A minha vida eu não tenho que esconder nada! O senhor revele o que sabe de mim!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência não discute com V. Exa. Peço respeito a V. Exa. **Já retirei o projeto.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 852/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Jordão (Escola de Educação Especial Ser e Aprender), com sede e foro no município de Foz do Jordão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ.

Com emendas da Comissão de Justiça.

Em votação as emendas da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas.

Em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais, relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC e CF. (**Publ. no DA nº 135/07, de 23/10/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 754/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto busca outorgar isenção da taxa de renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo DETRAN-PR às pessoas maiores de 65 anos.

Legitimidade e Constitucionalidade

O tema há que ser definido como sendo de direito tributário. Isto porque fala-se de taxa, que no presente caso representa pagamento pela prestação de serviço público, prestado ou posto à disposição pelo DETRAN-PR. Assim, é claro que se está na seara do direito público, especificamente do direito tributário. Tanto é assim que o conceito de taxa está encartado na parte de sistema tributário de nossa Constituição Federal, bem como no artigo 777 do Código Tributário Nacional, corroborando o entendimento acima exposto. Pois bem, posto deste modo, cumpre-nos transcrever o artigo 24 da Carta Magna:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

Visto deste modo e para que se complemente, copia-se o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

Frente aos fatos expostos, cumpre dizer que a legitimidade está aferida, sendo que cabe ao Poder Legislativo deflagrar o processo legislativo neste caso.

Da Isenção

Neste particular deve ser fixado o conceito de isenção. Para Hugo de Brito Machado “a isenção é a exclusão, por lei, de parcela da hipótese de incidência, ou suporte fático da norma de tributação, sendo objeto da isenção a parcela que a lei retira dos fatos que realizam a hipótese de incidência da regra da tributação.”

Prosseguindo na análise é oportuno qualificar a isenção que se busca como: a) subjetiva, pois está diretamente ligado ao fato “idade” do dito contribuinte; b) simples, por não exigir o cumprimento de condicionantes para implementação da isenção; c) por prazo indeterminado, posto a norma não fixar prazo fatal para o fim da regra isentiva.

A idéia de isenção se relaciona de modo direto com a acepção de competência tributária. Em resumo, diz-se que só pode isentar quem pode impor a exação tributária. Noutro giro verbal, só está apto a conceder a

regra de isenção quem detém a competência tributária, vinculada esta a regra constitucional. Cediço é o entendimento de que, referencialmente às taxas ora estudadas, quem detém a competência tributária é o estado do Paraná, seja pelo Poder Executivo, seja pelo Poder Legislativo.

Com base nisso, é de se dizer que cabe a este Parlamento iniciar o processo legislativo para que se isente de taxas certas pessoas.

Dos Contribuintes

Os contribuintes que ora se procura isentar são aquelas pessoas que possuem mais de 65 anos, como já dito trata-se de isenção subjetiva. O motivo que justifica essa regra é digno de apoio, posto fazer valer uma vez mais o Estatuto do Idoso, lei de nível federal, que traz diretrizes gerais, verdadeiros princípios a serem observados quando do trato com a pessoa maior de 60 anos. Exatamente este o caso concreto ora sob análise, pessoas com mais de 65 anos. Pois bem, forte neste entendimento, a conclusão é pela conformação da norma no que atine aos contribuintes atingidos.

Da Técnica Legislativa

A lei 095/98 traz disposições sobre a técnica legislativa a ser empregada na feitura das leis em solo brasileiro. Cotejando o texto da propositura com a norma complementar, apercebe-se que existe compatibilidade formal e respeito aos ditames legais.

Conclusão

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação do presente projeto, posto o atendimento aos aspectos legais e constitucionais.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 754/07

P A R E C E R :

Trata o Projeto de Lei nº 754/07 de iniciativa do nobre Deputado Estadual Nelson Justus de isentar o pagamento de taxas estaduais relativas à renovação da Carteira Nacional de Habilitação. O projeto, seguindo seu trâmite regimental, recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, sendo o projeto considerado constitucional e financeiramente viável, respectivamente.

Chamada essa Comissão Permanente para opinar sobre o projeto de lei no que refere aos direitos dos consumidores esse Relator apresenta o parecer favorável ao trâmite regular. O projeto de lei amplia os direitos dos usuários do serviço público, e assim fazendo uma analogia ao direito consumerista, esta ampliação tutela favoravelmente os maiores de 65 anos de idade. O que também promove uma harmonia com o Estatuto do Idoso que já previa a concessão dessa ampliação de direitos.

De tal sorte que o projeto de lei, no que tange a competência dessa Comissão, merece todo o apoio dos Deputados, devendo ser encaminhado para votação em plenário para a apreciação do mérito.

Sala das Comissões, em 11.02.08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
LUIZ EDUARDO CHEIDA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 754/07

P A R E C E R :

Meritória a iniciativa do nobre Deputado Nelson Justus, ao apresentar projeto que, se aprovado, concederá isenção aos paranaenses com idade igual ou superior a 65 anos, quando da renovação de suas respectivas Carteiras de Habilitação, junto ao DETRAN.

Como já bem analisou a douta Comissão de Justiça, o procedimento é perfeitamente legal, visto que o benefício já é determinado pelo Conselho do Idoso.

A transformação desta iniciativa em lei atingirá um número muito pequeno de cidadãos e cidadãs, o que deixa claro que não haverá nenhum impedimento, de ordem legal, sob eventual impacto financeiro, daí a minha recomendação pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) EDSON STRAPASON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto de autoria do Deputado Nelson Justus pretende ausentar do pagamento de taxas estaduais a renovação da Carteira Nacional de Habilitação para pessoas com mais de 65 anos. O fato é o seguinte: analisado pela Comissão de Constituição e Justiça entendeu aquela Comissão que o projeto é constitucional, e também a Comissão de Finanças. Realisticamente eu não sei qual é o dispositivo que trata o Estatuto do Idoso em relação a esse tema.

Agora, de forma muito objetiva, esse projeto de autoria do Deputado Nelson Justus é a supressão de receita de uma autarquia, no caso o Departamento de Trânsito do Paraná. Ela fere, com certeza absoluta, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em respeito ao nosso Presidente Deputado Nelson Justus, quero dizer o seguinte: vamos votar favoravelmente no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Teve o parecer favorável da Comissão de Justiça.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Pois é, embora devêssemos votar a constitucionalidade. O correto seria talvez transferir essa votação, porque eu não quero aqui criar um maior embaraço, mas efetivamente poderemos estar votando contrário, porque certamente depois será objeto de um veto esse projeto de lei, se já está aprovado por esta Casa, muito provavelmente Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Mas não cabe a nós antecipar o veto. O problema é do Governador e da sua assessoria. Cabe a nós votar o projeto do nosso companheiro.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Primeiramente, Sr. Presidente, dizer que essa antecipação do Líder do Governo é descabida, até porque há um compromisso aqui, várias vezes reiterado pelo Governador, de um compromisso com aqueles que mais precisam. O Estatuto do Idoso garante essas condições de isenção e há só no orçamento deste ano mais de R\$ 140 milhões de sobra de dinheiro no DETRAN, que será repassado para o DER. Quer dizer, está sobrando muito dinheiro no DER.

E não são 2 mil idosos, que não pagarão a taxa de renovação, que vão dar um desfalque no DETRAN.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 777/07, de autoria da Bancada do PT, que torna obrigatório a comunicação dos repasses de Recursos Financeiros Estaduais para os municípios, às respectivas Câmaras Municipais e a disponibilização, na internet, de informações sobre as atividades da administração pública, sob o título Paraná Transparente, e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 140/07, de 31/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 777/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria da Bancada do PT, tem por objetivo tornar obrigatória à comunicação dos repasses de recursos financeiros estaduais para os municípios, às respectivas Câmaras Municipais e a disponibilização, na internet, de informações sobre as atividades da administração pública, sob o título Paraná Transparente e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 777/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 777/07, em análise de autoria da Bancada do PT, torna obrigatória a comunicação de repasses de recursos financeiros estaduais para os municípios, às respectivas Câmaras Municipais e a disponibilização, na internet, de informações sobre as atividades da Administração Pública, sob o título Paraná Transparente, e dá outras providências.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a iniciativa é de interesse público, na medida em que busca dar transparência aos atos da Administração Pública quando estes tratam de repasses de recursos financeiros às Prefeituras Municipais, comunicando às respectivas Câmaras Municipais essas informações, bem como colocando-as à disposição da população em geral para apreciação, através do meio eletrônico.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.02.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 280, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões.

Em votação o requerimento.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de saber do Líder do Governo o motivo da necessidade de retirar por cinco Sessões?

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

É um projeto extremamente amplo, complexo e não conseguimos fazer uma análise aprofundada.

Enviei para diversas Secretarias que controlam esse tema e ainda não recebi a resposta. E também tenho alguma dúvida sobre a constitucionalidade do projeto.

Por isso que pedi, não para votar contra o projeto. Ele poderá voltar semana que vem, depois que recebermos as informações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de lei nº 777/07.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que seja discriminado, no convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes, o nome da entidade e o percentual destinado à mesma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CJ. (Publ. no DA nº 147/07 de 13/11/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 806/077

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo tornar obrigatória nos convites e na mídia de eventos beneficentes, a discriminação do nome da entidade, bem como o percentual destinado à mesma.

Em seu artigo 5º, a Constituição Federal estabelece a responsabilidade do estado em promover a defesa do consumidor. E, em seu artigo 24-V estabelece a competência concorrente da união, estados e distrito federal para legislar sobre produção e consumo.

Conforme o parágrafo 2º do mencionado artigo 24, a competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados, que no entender de Manoel Gonçalves Ferreira Filho é a competência para legislar de forma complementar para preencher lacunas da norma geral, desde que a matéria não seja vedada explícita ou implicitamente pela Constituição Federal.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 145, estabelece o dever do estado de promover a defesa dos direitos sociais do consumidor. E, a Lei Federal nº 8078/90, que institui o Código de Defesa do Consumidor, assegura, em seu artigo 6º, inciso IV, a proteção do consumidor contra a publicidade enganosa e abusiva, além de dispor, igualmente, em seu artigo 55, sobre a competência concorrente da união, estados e distrito federal, para baixar normas relativas ao consumo de produtos e serviços.

Observa-se no caso em tela que o Parlamentar autor visa justamente legislar de forma suplementar ao Código de Defesa do Consumidor, garantindo que o consumidor tenha conhecimento da destinação dada ao valor gasto em eventos beneficentes e que tais valores não tenham destinação diversa da anunciada. Ante o exposto, configura-se que o projeto está revestido de legalidade e constitucionalidade não encontrando qualquer óbice à sua normal tramitação.

Desta forma, opina-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 806/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a obrigatoriedade de discriminação do nome da instituição beneficiada, bem como do percentual destinado à mesma, nos convites e divulgações na mídia.

Tendo em vista que o projeto não implica em gastos diretos ao Poder Público Estadual, não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.12.08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

O objetivo desse projeto é de tornar obrigatório, os convites e na mídia, dos eventos beneficentes, a discriminação do nome da entidade e também o percentual destinado à mesma.

Isso vai garantir ao consumidor ter conhecimento da destinação dada ao valor gasto em eventos beneficentes e que tais valores não tenham destinação diversa da anunciada. Se utilizam de entidades beneficentes para promover e depois não repassam o valor anunciado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação. **Aprovado.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 848/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais - APR de Joaquim Távora, com sede e foro no município de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 158/07 de 05/12/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 848/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais - APR de Joaquim Távora, com sede e foro no município de Joaquim Távora, no Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 273 e 274, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 275, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 278, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 283, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, com apoio dos Deputados Reni Pereira, Luiz Fernandes Litro e da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar o apoio que o Governo do Estado tem dado para a região central, região noroeste e convidar todos os Deputados para que, no dia 05 de março agora, estaremos em Campo Mourão, onde passei a representar esse município, nos últimos dias, com o Presidente do Banco do Brasil que estará assinando um convênio de R\$ 20 milhões, destinados à construção de 100 aviários da integração da empresa Frangobras.

O Governo, em parceria com a Prefeitura, conseguiu a instalação da empresa. Está marcada a inauguração para o início do mês de maio. Teremos diretamente 1.500 empregos na cidade de Campo Mourão e, indiretamente, na construção desses 100 aviários, mais de 4 mil empregos só na construção, mais 2 mil empregos permanentes, na sequência, dentro da fábrica. Um investimento total de R\$ 100 milhões entre os aviários e a construção da indústria Frangobras.

Queremos parabenizar a Prefeitura de Campo Mourão, juntamente com os demais Deputados, Deputados da região oeste, que conhecem muito bem o que influencia uma região uma indústria desse porte e convidá-los, agora, para dia 5 de março, para essa assinatura tão importante para a nossa região de Campo Mourão e a todo estado do Paraná.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência se rejubila por V. Exa. pelo anúncio, porém, se entristece porque sou o Deputado do

PMDB mais votado de Campo Mourão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente Anibelli, primeiramente quero parabenizar V. Exa. pela firmeza e inteligência com que presidiu a Sessão que está se encerrando.

Pegando uma carona no pronunciamento do nobre Deputado Kielse, por quem tenho grande respeito, vou fazer um apelo às autoridades do Governo Federal e à nossa representação parlamentar em Brasília, para que consigam também para Londrina e a nossa região. Não sei o que está acontecendo, se esqueceram que Londrina faz parte do Brasil, mas é tão pouco, é quase nada, é insignificante a mão do Governo Federal em termos de ajuda para a cidade de Londrina.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para quinta-feira, dia 28, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 723, 735 e 840/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 852/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 754, 806 e 848/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 834 e 853/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 100-A/04

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover MARIA DA GLORIA TEIXEIRA PIRES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete da Administração, a partir de 01/04/04.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.04.04.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1287/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSE ABRAO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 01/02/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2248/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11824107, de 22/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ANTONIO LOPES, matrícula nº 40180, portador do RG 3.003.358-2-PR e do CPF 392.170.279-87, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 11 de março de 1983, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotado na Coordenadoria de Segurança, seis (06) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 11/03/97 e 11/03/07, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias*****PORTARIA Nº 017/08**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12417, datado de 10/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de LUCI DE FATIMA SILVA, matrícula nº 40472, portadora do RG 3.479.868-0/PR e do CPF 727.731.979-68, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de maio de 1988, ocupante do cargo de Bibliotecária, nível NTC-

02, lotada na Biblioteca, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/05/93 e 01/05/98, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 018/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12775, de 18/12/07, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria Nº 101/02;

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JEFFERSON ABADE, matrícula nº 40079, portador do RG 3.191.686-0/PR e do CPF 462.838.389-87, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 24/02/81, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotado na Diretoria Legislativa, o tempo de um (01) ano, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 24/02/81 e 24/02/91, mais 06 (seis) meses por não haver se afastado durante o quinquênio compreendido entre 24/02/90 e 24/02/95, antecipado em razão da incorporação do decênio anterior, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 019/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 878, de 18/02/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40579, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27/02/08, CID. (10) I 25.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 020/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

